

# Diálogos Romani – Caderno I

CURSO DE FORMAÇÃO

# Diálogos Romani

FORMAÇÃO EM DIREITOS DE  
CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
ROMANI E VALORIZAÇÃO DAS  
MEMÓRIAS FAMILIARES



MINISTÉRIO DOS  
DIREITOS HUMANOS  
E DA CIDADANIA



# Diálogos Romani – Caderno I

Copyright © AMSK/Brasil

Todos os direitos reservados. É vedada a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou forma, bem como sua distribuição, comercialização ou cessão, sem autorização prévia dos autores. Esta obra foi publicada no website [www.amsk.org.br](http://www.amsk.org.br), para leitura exclusiva online. A utilização de dados e informações deve ser acompanhada de devidos créditos. Os direitos desta obra não foram cedidos. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/98) constitui crime, conforme o artigo 184 do Código Penal.

**DOI:** 10.5281/zenodo.19209575

**Organização:** COSTA, Elisa; CAVALCANTE, Lucimara; CÂNDIDO, Sandra; KRISTON, Michel.

**Título:** *Diálogos Romani: Formação em direitos de crianças e adolescentes romani e valorização das memórias familiares – Caderno I*

**Edição:** 1<sup>a</sup>

**Local:** Brasília – DF

**Contato institucional:** [contato@amsk.org.br](mailto:contato@amsk.org.br)

**Website:**

<https://www.amsk.org.br/>

<https://amskblog.blogspot.com.br/>

**Associação Internacional Maylê Sara Kali – AMSK/Brasil**

# Diálogos Romani – Caderno I

Curso de Extensão Diálogos Romani – Memória, Direitos e Políticas Públicas



República Federativa do Brasil  
Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - MDHC  
Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - SNDCA  
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD  
Universidade de Brasília - UnB  
Associação Internacional Maylê Sara Kali – AMSK/Brasil

## RESUMO:

O caderno Diálogos Romani: Formação em direitos de crianças e adolescentes romani/roma e valorização das memórias familiares – Caderno I apresenta a perspectiva da sociedade civil, reunindo organizações, lideranças e pessoas pertencentes ao povo romani/roma em um conjunto de reflexões, exposições e diálogos construídos a partir de experiências compartilhadas entre ouvintes e expositores.

Trata-se de uma iniciativa inovadora, tanto pelo contexto de sua construção — vinculado a instrumento de cooperação institucional — quanto pela relevância dos temas abordados e pelo caráter inédito de possibilitar a abordagem do Samudaripen a partir da voz e da experiência do próprio povo romani/roma.

O caderno reúne discussões sobre o histórico social e familiar do povo romani/roma no Brasil e na América Latina, processos de memória e resistência, identidades romani/roma no contexto histórico e contemporâneo, bem como uma abordagem intercultural sobre direitos humanos, políticas públicas e participação social de crianças e adolescentes.

Ao articular memória, identidade e direitos, o documento contribui para a formulação de diretrizes e políticas públicas voltadas ao povo romani/roma no Brasil, reafirmando a importância da escuta qualificada, da valorização dos saberes comunitários e do reconhecimento institucional de suas especificidades.

# Diálogos Romani – Caderno I

“Um povo que atravessou séculos de silêncio imposto reivindica hoje o direito de nomear sua própria história. Nomear a si mesmo é o primeiro passo para existir politicamente.”

— AMSK/Brasil

Palavras-chave: Anticiganismo/romafobia, Direitos humanos de Crianças e adolescentes, Memória e identidade, Controle e Participação social, Samudaripen.

## *ABSTRACT*

The notebook Romani Dialogues: Training on the Rights of Romani/Roma Children and Adolescents and the Valuing of Family Memories – Notebook I presents the perspective of civil society, bringing together organizations, leaders, and individuals belonging to the Romani/Roma people in a set of reflections, presentations, and dialogues built from shared experiences between participants and speakers.

This is an innovative initiative, both in terms of its institutional cooperation framework and the relevance of the themes addressed, as well as its unprecedented approach in addressing the Samudaripen from the voice and lived experience of the Romani/Roma people themselves.

The notebook brings together discussions on the social and family history of the Romani/Roma people in Brazil and Latin America, processes of memory and resistance, Romani/Roma identities in both historical and contemporary contexts, as well as an intercultural approach to human rights, public policies, and the social participation of children and adolescents.

By articulating memory, identity, and rights, the document contributes to the development of guidelines and public policies aimed at the Romani/Roma people in Brazil, reaffirming the importance of qualified listening, the valuing of community knowledge, and the institutional recognition of their specificities.

“A people who have endured centuries of imposed silence now claim the right to name their own history. Naming oneself is the first step toward political existence.”

— AMSK/Brazil

Keywords: Anti-Gypsyism / Anti-Roma discrimination, Human rights of children and adolescents, Memory and identity, Social control and participation, Samudaripen.

# Diálogos Romani – Caderno I

República Federativa do Brasil  
Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)  
Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA)  
Universidade de Brasília – UnB

## CARTA ACORDO 18/024

<b>Título do Curso:</b>	Diálogos Romani: formação em direitos de crianças e adolescentes romanis e valorização das memórias familiares
<b>Coordenação:</b>	Elisa Costa (AMSK/Brasil), Sandra Teodoro (AMSK/SP e SC) e Assis Oliveira (UnB)
<b>Público-Alvo:</b>	Membros do povo Romani, em especial de adolescentes, jovens e mulheres, e de profissionais do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.
<b>Carga Horária:</b>	72 horas para o SGDCA (Módulos II ao IV). 92 horas para membros do povo Romani (Módulos I ao IV)
<b>Ementa (resumo):</b>	Histórico social e familiar do povo Romani no Brasil e na América Latina. Samudaripen. Identidades e resistências romanis no contexto histórico e atual. Abordagem intercultural sobre direitos e políticas públicas de crianças e adolescentes. Diretrizes e políticas voltadas ao povo Romani no Brasil. Participação social de crianças e adolescentes.
<b>Justificativa:</b>	<p>No ano de 2024 o Mundo relembrou os 80 anos do Holocausto Esquecido – Samudaripen, em romanês, que significa a Grande Matança. As consequências de histórias trágicas e o esquecimento dos atos cometidos, que ceifaram a vida de mais de meio milhão de pertencentes rom e sinti, ainda reverberam desde o fim da Segunda Guerra Mundial e refletem o cotidiano dessa parcela significativa da população Brasileira, que hoje busca compreender a importância da memória, história e reparação.</p> <p>Sendo um povo secularmente excluído, que vem sofrendo o racismo/romafobia ou anticiganismo, com especial afetação às suas crianças e adolescentes, se faz necessário um esforço para que conselheiros e conselheiras tutelares e de direitos, profissionais da educação, políticas públicas e sociais, juntamente com os sujeitos de direitos romani, tenham acesso às informações sobre as inúmeras violações de direitos humanos que ainda afetam diretamente a vida de crianças, adolescentes, jovens e adultos, assim como das formas de lidar com essas violações com uma atuação pautada no respeito às especificidades e à cidadania rom e sinte, de modo a aprimorar a capacidade do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) de construir uma perspectiva culturalmente adequada e humanizada sobre o tema e suas correlações atuais no atendimento de crianças e adolescentes, além de empoderar o povo Romani na condução do processo formativo e do fortalecimento dos processos de educação intergeracional sobre as memórias familiares e a luta por direitos humanos.</p>
<b>Objetivos:</b>	<p><b>Objetivo geral:</b></p> <p>Promover a autoexpressão, a valorização da cultura, o empoderamento e a educação em direitos humanos de 20 (vinte) adultos, adolescentes e jovens romanis, em especial as meninas/mulheres, e a qualificação continuada para o atendimento culturalmente adequado em perspectiva romani para 180 (cento e oitenta) profissionais do SGDCA do território brasileiro, de modo a construir as bases para a abordagem intercultural dos direitos e das políticas públicas de crianças e adolescentes, assim como da preservação da memória cultural e familiar, introduzindo-as ao debate sobre os direitos humanos, a identidade cultural e a valorização da memória familiar.</p> <p><b>Objetivos específicos:</b></p> <ol style="list-style-type: none"><li>Fortalecer o uso da língua romani como ferramenta de resistência e preservação cultural.</li><li>Estimular o diálogo intercultural e a troca de experiências entre diferentes gerações.</li><li>Conhecer, refletir e se apropriar criticamente da história do Samudaripen (Holocausto Roma e Sinti) e os impactos na atualidade e na luta por direitos do povo Roma e Sinti.</li><li>Sensibilizar o SGDCA na promoção e no incentivo de ações culturalmente adequadas voltadas para crianças e adolescentes do povo Romani;</li><li>Compreender o cotidiano e a luta no enfrentamento ao estereótipo, perpetuado secularmente e nas redes sociais – o estrago no cotidiano e na autoestima das gerações presentes e futuras, e as formas de reaprender sobre a realidade histórica e social do povo Romani.</li><li>Desenvolver análise dos conteúdos formativos pautada numa abordagem interseccional, com ênfase para os aspectos de gênero, geração e raça/etnia.</li></ol>

# Diálogos Romani – Caderno I

g. Aprimorar os conhecimentos sobre as normativas, políticas públicas e metodologias de atendimento às crianças e adolescentes romani, incluindo a elaboração de protocolos e fluxos.

## Metodologia e recursos utilizados:

Remoto, síncrono e assíncrono. O curso terá o primeiro módulo ofertado unicamente para membros do povo Romani e a partir do segundo módulo será aberto para o ingresso de participantes do SGDCA selecionados por meio de edital de seleção pública. Será estruturada uma página na plataforma da Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (ENDICA) com a disponibilização de materiais para leitura por cursistas e fórum para interação entre os participantes e os ministrantes das aulas temáticas, visando garantir a condução das atividades assíncronas. Para cada unidade temática será realizada uma aula síncrona virtual de 3 (três) horas de duração (19h às 22h, horário de Brasília) e uma atividade assíncrona de 1 (uma) hora de duração, totalizando 4 (quatro) horas de atividades totais por unidade temática.

## Avaliação (se houver):

Frequência: 75%. Envolvimento nas atividades de construção coletiva e no diálogo intercultural.

## Cronograma:

Nº do Módulo	Tema	Formato	Carga Horária	Datas	Distribuição das Horas
1	Módulo I - Diálogo com membros Romai e Sinti sobre memórias e direitos (fechado).	Remoto (síncrono e assíncrono)	20 hs	12/08; 14/08; 19/08; 21/08; 26/08.	3 horas de aula síncrona virtual; 1 hora de atividade assíncrona.
2	Módulo II – História e memória do Samudaripe Romai e Sinti. Cultura e sociodiversidade do Povo Romani no Brasil (aberto).		28 hs	02/09; 04/09; 09/09; 11/09; 16/09; 18/09; 23/09.	3 horas de aula síncrona virtual; 1 hora de atividade assíncrona.
3	Módulo III – Proteção jurídica de crianças e adolescentes romanis e a desconstrução do anticiganismo (aberto).		24 hs	25/09; 30/09; 02/10; 04/10; 09/10; 11/10.	3 horas de aula síncrona virtual; 1 hora de atividade assíncrona.
4	Módulo IV – Ações possíveis contra o anticiganismo e no acesso às políticas públicas (aberto).		20 hs	16/10; 18/10; 23/10; 25/10; 30/10.	3 horas de aula síncrona virtual; 1 hora de atividade assíncrona.

## Referências Bibliográficas

ASSOCIATION FOR ROMANI STUDIES. Roma and the Law: Legal Frameworks for Protection and Inclusion. Londres: ARS, 2018.

BAUER, Yehuda. The Holocaust in Historical Context. Seattle: University of Washington Press, 1980.

BRASIL. Conselho Nacional da Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente – CONANDA. RESOLUÇÃO Nº 214, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018. Disponível em: [https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/conanda/resolucao\\_conanda\\_214\\_2018\\_protagonismo.pdf](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/conanda/resolucao_conanda_214_2018_protagonismo.pdf)

BRASIL. Conselho Nacional da Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente – CONANDA. Resolução 91/203. Disponível em: [https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-91-2003\\_99197.html](https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-91-2003_99197.html).

BRASIL. Resolução nº 181 de 10/11/2016 / CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em: <https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPIJ/docs/res-181.pdf>.

# Diálogos Romani – Caderno I

EUROPEAN ROMA RIGHTS CENTRE (ERRC) Roma Rights: The European Roma Rights Centre Journal. Budapeste: ERRC, edições diversas.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019 (edição revisada).

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FONSECA, Isabel. Bury Me Standing: The Gypsies and Their Journey. Nova York: Vintage Books, 1995.

FUNARI, Pedro Paulo; REGIS, Mariana. Ciganos no Brasil: histórias e culturas. Brasília: UNESCO, 2007.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA. Causos do ECA: muitas histórias, um só enredo o Estatuto da Criança e do Adolescente no cotidiano. São Paulo: Fundação Telefônica, 2010.

GOMES, Nilma Lino. Educação para a diversidade: antirracismo e educação das relações étnico-raciais. Autêntica, 2012.

GROOME, Peter. The Gypsies of Central Europe. London: Routledge, 2010.

HANCOCK, Ian. We Are the Romani People. Hatfield: University of Hertfordshire Press, 2002.

KENRICK, Donald; PUXON, Grattan. The Destiny of Europe's Gypsies. New York: Basic Books, 1972.

MATACHE, Margareta. Time for Reparations: Addressing the Legacy of Roma Slavery in Romania. Harvard FXB Center for Health and Human Rights, 2021.

MARSH, Adrian. Romani Literature and Culture: Reclaiming the Past, Shaping the Future. Istanbul: Swedish Research Institute, 2006.

OLIVEIRA, A. C. Crianças e adolescentes de povos e comunidades tradicionais: direitos e atendimento em perspectiva intercultural. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

SILVA, Ana Claudia. Direitos Humanos e Povos Tradicionais: O Caso dos Romani no Brasil. Brasília: UnB, 2019.

TREHAN, Nidhi; SIGONA, Nando. Romaphobia: The Last Acceptable Racism. Londres: Zed Books, 2018.

VAN DE PORT, Mattijs. Gypsy Music in the Balkans: Between Marginality and Mainstream. Amsterdã: Amsterdam University Press, 2011.

# Diálogos Romani – Caderno I

## Pontos norteadores apresentados pela AMSK/Brasil para a discussão.

### 1. Reconhecimento do genocídio Roma e Sinti (Samudaripen)

O reconhecimento do genocídio Roma e Sinti durante a Segunda Guerra Mundial — também denominado Samudaripen — constitui um marco fundamental na afirmação dos direitos humanos e na reparação histórica do povo romani/roma. Referências normativas internacionais, como a Resolução do Parlamento Europeu de 15 de abril de 2015, reconhecem oficialmente o impacto desse processo histórico, destacando a necessidade de memória, justiça e não repetição.

A referida resolução define o termo “Roma” como uma categoria abrangente que inclui diferentes grupos, tais como Roma, Sinti, Manouches, Kalés, Romanichels, Boyash, Ashkalis, Egípcios, Yéniches, Doms e Loms, reconhecendo sua diversidade cultural e de modos de vida. O documento também caracteriza o anticiganismo como uma forma específica de racismo estrutural, fundamentado em ideologias de superioridade racial, que se expressam por meio de práticas de desumanização, discriminação, violência, discurso de ódio e exclusão institucional.

Estima-se que centenas de milhares de pessoas Roma tenham sido exterminadas durante o período nazista e por regimes aliados, incluindo crianças, mulheres e pessoas idosas, evidenciando a gravidade e a dimensão sistemática desse genocídio. O reconhecimento do 2 de agosto como data internacional de memória das vítimas Roma reforça a importância da preservação da memória histórica como instrumento de justiça e de afirmação de direitos.

### 2. Escuta Culturalmente Adequada

A Escuta Culturalmente Adequada configura-se como uma abordagem metodológica e institucional voltada ao reconhecimento das múltiplas dimensões étnico-culturais, sociais, territoriais e educacionais presentes no povo romani/roma. Trata-se de um processo ativo de escuta que busca superar barreiras impostas por estruturas tecnocráticas, práticas institucionais excludentes e modelos comunicacionais baseados exclusivamente na escrita formal.

Essa abordagem está diretamente associada à atuação da Associação Internacional Maylê Sara Kali – AMSK/Brasil, que tem contribuído para a consolidação do conceito no âmbito de políticas públicas, espaços acadêmicos e sistemas de garantia de direitos. A Escuta Culturalmente Adequada pressupõe o reconhecimento da legitimidade das formas próprias de organização social, comunicação e transmissão de conhecimento do povo romani/roma, incluindo a valorização da oralidade como instrumento central de preservação cultural e de produção de sentido coletivo.

Nesse contexto, a escuta qualificada deve considerar a participação de mediadores romani e de agentes públicos capacitados para atuar com sensibilidade intercultural, respeitando

# Diálogos Romani – Caderno I

dinâmicas próprias como núcleos familiares, pertencimento comunitário e autoridade tradicional. A proposta não se limita à adaptação linguística, mas envolve uma transformação na forma como instituições compreendem, acessam e dialogam com diferentes grupos sociais.

## 2.1 Reconhecimento étnico e contribuição sociocultural

A AMSK/Brasil destaca a importância do reconhecimento étnico como elemento estruturante para a formulação de políticas públicas específicas e adequadas às realidades do povo romani/roma. Nesse sentido, a escuta culturalmente adequada deve contemplar as especificidades geracionais, territoriais e socioculturais, garantindo espaço de participação efetiva para mulheres, crianças, adolescentes e lideranças comunitárias.

A valorização da oralidade constitui aspecto central desse processo, permitindo que a comunicação institucional não esteja restrita a modelos exclusivamente escritos, mas que incorpore formas tradicionais de transmissão de conhecimento. Assim, a escuta deve ser compreendida como um instrumento de inclusão, que reconhece o indivíduo e o coletivo em suas múltiplas dimensões, fortalecendo vínculos de confiança entre comunidades e instituições públicas.

## 2.2 Interseccionalidade e territorialidade da escuta

A escuta culturalmente adequada deve incorporar uma perspectiva interseccional, considerando os múltiplos fatores que impactam a vivência de mulheres, crianças e adolescentes romani/roma, incluindo gênero, etnia, condições socioeconômicas e acesso à escolaridade.

Além disso, a efetividade da escuta depende de sua realização em territórios onde vivem as comunidades, tais como acampamentos, áreas semi-fixas, bairros específicos ou residências dispersas. A descentralização do atendimento é elemento fundamental para superar barreiras de acesso e garantir a efetividade das políticas públicas, evitando a imposição de deslocamentos que não consideram as condições concretas de vida dessas populações.

Dessa forma, a escuta deve ser compreendida como um processo relacional, territorializado e sensível às realidades locais, contribuindo para a construção de fluxos institucionais mais adequados, inclusivos e eficazes.

## 3. Normativas e marcos legais de referência

A construção de políticas e práticas voltadas à garantia de direitos de crianças e adolescentes romani/roma encontra respaldo em importantes instrumentos normativos nacionais e internacionais, entre os quais se destacam:

Resolução CONANDA nº 181/2016 — Atendimento culturalmente adequado no Sistema de Garantia de Direitos;

Resolução CONANDA nº 214/2018 — Participação social de crianças, adolescentes e povos e comunidades tradicionais;

# Diálogos Romani – Caderno I

Resolução CONANDA nº 249/2024 — Proibição do acolhimento em comunidades terapêuticas;

Resolução CONANDA nº 253/2024 — Direito à consulta livre, prévia e informada;

Resolução CONANDA nº 254/2024 — Reconhecimento de práticas comunitárias de cuidado e proteção;

Constituição Federal de 1988, art. 227 — Princípio da proteção integral;

Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990);

Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016);

Portaria MS nº 940/2011 — Atendimento à população em situação de itinerância;

CE nº 160/2015 da OPAS/OMS — Políticas de equidade em saúde;

Portaria MS nº 4.384/2018 — Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Povo Cigano/Romani.

Esses instrumentos reforçam a obrigação do Estado em assegurar atendimento adequado, respeitoso e culturalmente sensível, garantindo a universalidade dos direitos com equidade e reconhecimento das especificidades dos diferentes grupos sociais.

## Metodologia – Vozes Romani (Módulo I – fechado)

Coordenação: Sandra Cândido & Michel Kriston – AMSK/Brasil

### 1. Metodologia geral

A metodologia aplicada ao módulo “Vozes Romani” fundamenta-se em princípios pedagógicos participativos, dialógicos e interculturais, com foco na valorização dos saberes do povo romani/roma e no fortalecimento de sua autonomia intelectual, cultural e social.

A proposta estrutura-se a partir de uma abordagem que integra educação dialógica, protagonismo romani, valorização da oralidade, aprendizagem afetiva, produção autoral e uso de tecnologias acessíveis, de modo a garantir inclusão, सहभाग and reconhecimento das experiências dos participantes como fonte legítima de conhecimento.

### 2. Princípios metodológicos

#### 2.1 Educação dialógica (perspectiva freireana)

Inspirada na pedagogia de Paulo Freire, a formação baseia-se na construção coletiva do conhecimento, reconhecendo que todos os participantes são simultaneamente educadores

# Diálogos Romani – Caderno I

e aprendizes. O processo educativo se desenvolve a partir do diálogo horizontal, da escuta ativa e da valorização dos saberes populares e experienciais.

## 2.2 Protagonismo romani

A metodologia privilegia a centralidade das vozes romani, assegurando que os conteúdos sejam produzidos “por, com e entre” pessoas romani/roma. Dessa forma, as narrativas, experiências e reflexões emergem das próprias vivências dos participantes, evitando abordagens externas ou estigmatizantes.

## 2.3 Oralidade e narrativas pessoais

A oralidade constitui elemento estruturante da transmissão de conhecimento no contexto romani. As atividades incluem rodas de conversa, compartilhamento de histórias, relatos de memória e experiências de vida, promovendo a transmissão intergeracional de saberes e a construção coletiva da memória.

## 2.4 Linguagem bilíngue (Romanes/Português)

A comunicação no módulo ocorre de forma intercambiável entre Romanes e Português, incentivando o uso do Romanes sempre que possível. Materiais didáticos e produções dos participantes podem contemplar ambas as línguas, respeitando e valorizando a diversidade linguística do povo romani/roma.

## 2.5 Aprendizagem afetiva e comunitária

O processo formativo prioriza a construção de vínculos afetivos, ambientes seguros e relações horizontais entre participantes. A escuta qualificada, o acolhimento e o respeito à diversidade interna são elementos fundamentais para a aprendizagem significativa.

## 2.6 Tecnologias acessíveis

São utilizadas ferramentas simples e amplamente acessíveis, como WhatsApp, Google Meet, áudios e vídeos produzidos por dispositivos móveis, de modo a garantir a participação inclusiva, especialmente de pessoas com محدود acesso a recursos tecnológicos mais complexos.

## 2.7 Atividades assíncronas e registro de memória

Além dos encontros síncronos, são propostas atividades assíncronas que incluem registros em vídeo, produções escritas, depoimentos e expressões artísticas. Essas atividades contribuem para a construção de um acervo coletivo de memória e reforçam a autoria dos participantes.

# Diálogos Romani – Caderno I

## 3. Objetivo metodológico do módulo

O módulo “Vozes Romani” tem como objetivo promover a construção coletiva de conhecimentos a partir das experiências do povo romani/roma, com foco na valorização da memória familiar, na identidade cultural e no fortalecimento de narrativas próprias.

Busca-se, ainda, contribuir para a produção de uma linha do tempo do povo romani no Brasil, incorporando depoimentos, registros fotográficos e histórias familiares, estabelecendo conexões entre comunidades no Brasil e na Europa, com apoio das organizações envolvidas no projeto.

## 4. Princípios pedagógicos

Educação dialógica: todos ensinam e aprendem

Protagonismo romani: centralidade das vozes participantes

Oralidade e afeto: escuta, vínculo e transmissão de saberes

Autoria e criatividade: produção de conteúdos próprios

Tecnologia acessível: ferramentas inclusivas e de fácil uso.

## 5. Fundamentação pedagógica

A escolha dessa abordagem pedagógica fundamenta-se na necessidade de construir processos formativos que sejam culturalmente situados, inclusivos e respeitosos às especificidades do povo romani/roma.

A educação dialógica permite reconhecer os saberes existentes nas comunidades como conhecimentos legítimos. O protagonismo romani assegura a centralidade das próprias vozes na produção de narrativas sobre sua história e identidade. A oralidade e o afeto reforçam a importância das relações humanas como base do processo educativo. A autoria fortalece o pertencimento e a expressão individual e coletiva. Por fim, o uso de tecnologias acessíveis amplia o alcance da formação e promove inclusão digital.

Essa abordagem articula saberes ancestrais e práticas contemporâneas, promovendo uma formação que valoriza memória, identidade e direitos, ao mesmo tempo em que fortalece vínculos comunitários e a produção coletiva de conhecimento.

## 6. Sequência didática: memória, cultura e resistência do povo romani

Tema central: Identidade, resistência e direitos humanos a partir da história do povo Roma e Sinti

# Diálogos Romani – Caderno I

## Objetivos de aprendizagem:

Compreender o conceito de Samudaripen e sua relevância histórica  
Reconhecer a cultura romani como forma de resistência  
Refletir sobre preconceito, estigmas e direitos humanos  
Produzir conteúdos autorais que expressem memória, cidadania e identidade

## Competências desenvolvidas:

História: leitura crítica de processos históricos  
Língua Portuguesa: produção textual reflexiva  
Artes: expressão simbólica e criativa  
Sociologia: análise de estruturas sociais e preconceitos  
Geografia: compreensão de territorialidade e migrações

## Recursos didáticos:

Rodas de conversa  
Vídeos e músicas romani  
Textos históricos e literários  
Depoimentos e narrativas orais

**Avaliação:** A avaliação será processual e qualitativa, considerando:

Participação nas atividades  
Engajamento nos debates  
Qualidade reflexiva das produções  
Capacidade de articulação entre conteúdo e realidade  
“respeito, empatia e postura colaborativa nas interações”

## Metodologias – Diálogos Romani (Módulos II, III e IV – abertos)

**Coordenação:** Elisa Costa – AMSK/Brasil  
**Modalidade:** Remota (síncrona e assíncrona)

### 1. Caracterização metodológica

A metodologia dos módulos abertos do curso “Diálogos Romani” foi estruturada com base em princípios de escuta qualificada, diálogo intercultural e valorização das experiências vividas pelo povo romani/roma.

# Diálogos Romani – Caderno I

O processo formativo buscou promover a aproximação entre pessoas e profissionais a partir de temas comuns, integrando dimensões teóricas, práticas e lúdicas em consonância com o passado, o presente e perspectivas futuras pós-Samudaripen. A metodologia reconhece que o conhecimento é construído de forma coletiva, a partir da interação entre diferentes sujeitos e saberes.

## **2. Educação dialógica e construção coletiva do conhecimento**

A abordagem pedagógica adotada fundamenta-se na educação dialógica, inspirada em princípios freirianos, na qual o processo de ensino-aprendizagem se dá por meio da escuta ativa, da troca de experiências e da participação horizontal.

Os módulos contaram com a participação ativa de pessoas pertencentes ao povo romani/roma, o que contribuiu para a construção de um ambiente de aprendizagem baseado no respeito mútuo, na valorização da oralidade e na centralidade das narrativas próprias. As atividades possibilitaram a articulação entre prática, teoria e vivência, promovendo um espaço de reflexão contínua sobre identidade, memória e direitos.

## **3. Escuta culturalmente adequada**

A Escuta Culturalmente Adequada, conceito defendido e aplicado pela AMSK/Brasil desde 2015 e incorporado em processos institucionais como a construção da Resolução nº 181/2016 do CONANDA, foi utilizada como eixo metodológico central.

Essa abordagem se caracteriza pela adaptação das práticas de escuta às especificidades culturais, sociais e linguísticas do povo romani/roma, reconhecendo a importância da oralidade, da organização comunitária e das formas próprias de comunicação. Trata-se de uma escuta ativa, sensível e não invasiva, que busca superar barreiras históricas de exclusão e invisibilização.

Nos módulos abertos, essa metodologia foi aplicada em ambiente virtual, com a participação de profissionais e educadoras não romani que desenvolveram, ao longo de suas trajetórias acadêmicas, um olhar comprometido com o respeito intercultural e o diálogo qualificado, como Eliane Godinho e Jamilly Cunha.

## **4. Diálogo aberto e participação ativa**

A proposta metodológica incluiu a prática do diálogo aberto, no qual participantes puderam intervir, questionar, complementar e compartilhar percepções ao longo das aulas. Esse modelo favorece a construção coletiva do conhecimento e rompe com a lógica tradicional de ensino verticalizado.

Dialogar, nesse contexto, significa criar espaços de troca onde diferentes perspectivas possam emergir, permitindo a construção de compreensões mais amplas e situadas a partir de múltiplas realidades.

## **5. Produção de conhecimento e banco de referências romani**

Como inovação metodológica, foi estruturado um banco de referências romani, reunindo materiais escritos, registros orais e depoimentos que compõem um acervo de memória e

# Diálogos Romani – Caderno I

produção de conhecimento. Essa iniciativa reconhece a importância da documentação das narrativas próprias como forma de fortalecimento identitário e preservação cultural.

## 6. Atividades e registros dos módulos

### Lançamento

- 13 de agosto de 2025
- 14 de agosto de 2025
- 02 de setembro de 2025

Durante a 339ª Assembleia Ordinária do CONANDA, ocorreu a participação institucional no lançamento do curso de extensão universitária “Diálogos Romani: formação em direitos de crianças e adolescentes romani e valorização das memórias familiares”, promovido pelo Núcleo de Estudos da Infância e da Juventude da Universidade de Brasília (NEJI/UnB), com apoio da Faculdade de Educação (FE/UnB), da Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (ENDICA), da AMSK/Brasil, em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Na ocasião, destacou-se a importância da ampliação de informações sobre a população romani/roma no Brasil, bem como a necessidade de produção de dados para subsidiar políticas públicas adequadas e inclusivas.

O curso integrou ações comemorativas dos 35 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), inserindo-se em um conjunto de iniciativas voltadas ao fortalecimento da garantia de direitos e à redução da violência contra crianças e adolescentes.

#### Mesa de abertura – 14 de agosto de 2025

A mesa de abertura do módulo fechado “Vozes Romani” abordou o tema do Samudaripen (genocídio romani), destacando a importância da memória histórica como elemento central de resistência e identidade.

A atividade foi ministrada por Sandra Cândido e Michel Kriston, com enfoque na preservação da memória romani/sinti no Brasil e na valorização das experiências familiares e comunitárias.

O grupo participante foi composto por mais de 20 pessoas pertencentes aos grupos Rom e Sinti, e as atividades foram conduzidas de forma bilíngue (Português/Romanes), reforçando o respeito à diversidade linguística.

A memória foi apresentada como elemento fundamental de conexão intergeracional, resistência e afirmação identitária, sendo compreendida como instrumento de fortalecimento coletivo e reconhecimento histórico.

# Diálogos Romani – Caderno I

**Aula inicial – 02 de setembro de 2025**

A aula inaugural dos módulos abertos contemplou a apresentação dos órgãos parceiros, bem como a estrutura e os objetivos do curso.

O conteúdo abordou, de forma introdutória, a trajetória histórica do povo romani no Brasil, sua inserção no imaginário social nacional, o desenvolvimento de políticas públicas voltadas a povos e comunidades tradicionais e o contexto contemporâneo das demandas romani/roma no país.

A atividade também buscou contextualizar a importância da formação no âmbito do Sistema de Garantia de Direitos, destacando a necessidade de qualificação de profissionais e fortalecimento de práticas institucionais culturalmente adequadas.

## **Mesa de Abertura, fala de Assis da Costa Olivera<sup>1</sup>**

É com profunda honra que, como professor da Universidade de Brasília, participo da abertura e da coordenação do curso Diálogos Romani, em conjunto com Elisa Costa e Sandra Cândido, mulheres romanis da Associação Internacional Maylê Sara Kalí (AMSK/Brasil) e com o apoio da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (SNDCA/MDHC), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e da Fundação de Apoio à Pesquisa (FUNAPE), a quem estendo os agradecimentos pela parceria e compromisso.

O Curso Diálogos Romani nasce do encontro entre trajetórias acadêmicas, saberes tradicionais, memórias familiares e experiências de resistência do povo Romani. Ele não é apenas uma iniciativa formativa, mas a expressão concreta de um compromisso ético, político e pedagógico com a superação das desigualdades históricas que marcam a sociedade brasileira e, de forma particular, a vida das crianças e adolescentes romani.

A realização deste curso afirma o papel da universidade pública como espaço de diálogo intercultural, de escuta ativa e de construção compartilhada do conhecimento. A Universidade de Brasília, ao se somar a este processo, reconhece que o saber não se produz de forma unilateral, nem pode permanecer restrito aos cânones acadêmicos tradicionais. Ao contrário, o conhecimento se fortalece quando dialoga com os territórios, com as línguas, com as narrativas e com as formas próprias de organização social e cultural dos povos que, historicamente, foram silenciados e marginalizados. Valorizar os conhecimentos romani é reconhecer que ciência, educação e políticas públicas só se tornam verdadeiramente democráticas quando incorporam a diversidade cultural como fundamento, e não como exceção, e respeitando suas cidadanias diferenciadas.

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade de Brasília (UnB), vice-diretor do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da UnB, membro do Núcleo de Estudos da Infância e da Juventude e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas para Infância e Juventude, e do Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade Profissional. Doutor em Direito pela UnB, mestre e graduado em Direito pela Universidade Federal do Pará. E-mail: [assis.oliveira@unb.br](mailto:assis.oliveira@unb.br)

# Diálogos Romani – Caderno I

Este curso foi concebido desde o início como um processo conduzido *com* o povo Romani, e não *sobre* ele. As mulheres romanis da AMSK, em particular a Elisa Costa e a Sandra Cândido, além de outros jovens e lideranças romanis, não são apenas participantes, mas protagonistas da formulação, da mediação e da construção dos conteúdos formativos. Essa escolha rompe com práticas historicamente colonizadoras de produção do conhecimento e afirma uma pedagogia baseada no respeito, na reciprocidade e na valorização das memórias familiares, da oralidade, da arte, da língua e das formas próprias de transmissão intergeracional que sustentam a identidade e a resistência romani ao longo do tempo.

Ao mesmo tempo, esta formação responde a um desafio urgente do Estado brasileiro: a qualificação do atendimento às crianças e adolescentes romani em perspectiva culturalmente adequada. O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente ainda opera, em muitos contextos, a partir de referenciais universalizantes que desconsideram modos de vida, dinâmicas familiares, territorialidades e valores culturais próprios do povo Romani. Isso gera incompreensões, estigmatizações e intervenções institucionais que, não raramente, produzem novas violações de direitos. Falar em escuta intercultural, em protocolos interculturais de atendimento e em políticas públicas sensíveis à diversidade não é concessão, mas cumprimento da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.089/1990), da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, da Resolução nº 181/2016 do CONANDA, entre outras normativas existentes no Brasil e no âmbito internacional.

Para isso, a extensão universitária ocupa um lugar central. Inspirada em uma perspectiva crítica e dialógica, ela permite que a universidade se transforme a partir do encontro com os sujeitos coletivos e suas lutas. Este curso reafirma a extensão como espaço de produção compartilhada de conhecimento e de incidência social, no qual as experiências romanis não são objeto de análise distante, mas fundamento epistemológico do processo educativo. Ao reconhecer a legitimidade dos saberes tradicionais, avançamos na construção de uma universidade mais plural, antirracista e socialmente referenciada, comprometida com a transformação da realidade e não apenas com sua interpretação.

Por fim, é imprescindível reconhecer que os desafios aqui enfrentados extrapolam o campo da formação técnica. Garantir atendimento culturalmente adequado às crianças e adolescentes romani exige mudanças profundas nas práticas profissionais, nos fluxos institucionais, nos processos decisórios e, sobretudo, nas mentalidades. Exige enfrentar o anticiganismo/romafobia ainda naturalizado, rever abordagens punitivas e assimilacionistas e construir políticas públicas baseadas no respeito, na autodeterminação e na participação social. Ao trazer para o centro do debate a memória do Samudaripen (holocausto Rom e Sinti), este curso também afirma que não há educação em direitos humanos sem memória, sem reconhecimento das violências históricas e sem compromisso com a reparação e a justiça.

Que este percurso formativo fortaleça a autoestima das crianças, adolescentes e jovens romani, amplie o repertório ético, técnico e político dos profissionais do SGDCA e

# Diálogos Romani – Caderno I

contribua para a construção de redes permanentes de cooperação entre universidade, povo Romani e poder público. Que este curso seja, ao mesmo tempo, um espaço de aprendizagem mútua e um marco na construção de um Brasil que reconheça, proteja e valorize suas infâncias e adolescências em toda a sua diversidade. Sejam todas e todos muito bem-vindas e bem-vindos a este diálogo necessário!

## **Abertura do curso Diálogos Romani – Memória, Direitos e Política Pública**

**Prof. Bernardo Kipnis/Endica**

Agradeço o convite em participar dessa mesa de abertura do curso Diálogos Romani – Memória, Direitos e Política Pública, iniciativa da SNDCA/MDHC, da Associação Internacional Maylê Sara Kali – AMSK, e da equipe de professores e professoras que irão ministrar o curso. Muito me honra e orgulha fazer parte desse processo e poder aprender um pouco da cultura e experiência do povo Romani.

Mas estou aqui como representante da Escola dos Direitos da Criança e do Adolescente - ENDICA - e esse contexto faz toda a diferença para esse momento.

Sou docente da Universidade de Brasília, atuando em sua Faculdade de Educação, desde 1987, e temos uma parceria de 15 anos com a SNDCA, sempre envolvido com a formação continuada para o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente - SGDCA. Essa experiência permaneceu, apesar de mudanças de governo nesse período, inclusive com matizes ideológicos diferentes.

No entanto, nos encontramos hoje em uma situação bem mais favorável. Isso porque em fevereiro de 2024, o CONANDA instituiu a Política Nacional de Formação Continuada para o SGDCA, publicando a Resolução No. 244, de 24 de fevereiro de 2024. E isso faz toda a diferença, pois ao longo desses 15 anos de parceria, embora cursos foram sempre ofertados, faltava uma resolução dessa natureza, principalmente vinda do Conanda, que pudesse oferecer as bases que dessem uma direção à formação para o SGDCA.

Nesse sentido, devemos insistir que esse curso, que agora começa, já faz parte dessa política que coloca a ENDICA como sua executora. Portanto, não se trata apenas de mais um curso avulso, ofertado pontualmente, mas que precisa ser visto de forma mais estratégica.

Nessa perspectiva, a meu ver, se abre uma janela de oportunidade para essa experiência de agora pois, ao final, após a realização de uma avaliação, será possível ver os resultados alcançados e, principalmente, planejar outras ofertas em diferentes níveis. Isso porque a ENDICA trabalha com o conceito de percurso formativo, ou seja, inicia-se com esse curso de extensão, mas nada impede que se possa evoluir para o nível da pós-graduação lato sensu, ou de especialização, de forma que se possa aprofundar o conhecimento e propor soluções para problemas debatidos agora.

# Diálogos Romani – Caderno I

A outra vantagem é de que a ENDICA já nasce como uma Escola que permite ampliar o alcance da sua formação, pois se embasa no conceito de formação híbrida, possibilitando várias combinações tecnológicas e pedagógicas como encontros presenciais e remotos, aprendizado a distância, adoção de diferentes desenhos de materiais para aprendizagem, pois possui as condições tecnológicas e pedagógicas para tal.

Assim, devemos pensar esse curso Diálogos Romani – Memória, Direitos e Política Pública como o início de um percurso formativo que permitirá sua continuidade, oferecendo maior alcance ao conhecimento e vivências do povo Romani, expressando sua voz de forma mais efetiva e que possa mudar a compreensão da sociedade brasileira sobre esse povo com identidade, língua e cultura próprias em sua luta pela consolidação de seus direitos. Nesse sentido, a formação continuada constitui-se como um forte alicerce.

Desejo um excelente curso e estaremos sempre dando o apoio necessário para que essa experiência de aprendizado ganhe sentido, compreensão e engajamento para mudanças que se fazem necessárias.

Muito obrigado!

## **Mesa de abertura – Michel Kriston<sup>2</sup>**

Boa noite a todas e a todos;

Me chamo Michel Kriston, sou membro do conselho consultivo ROM da AMSK/Brasil e vice-presidente da IRU - União Internacional Romani América Latina, com escritório no Brasil e sede na Macedônia.

É com profunda emoção que me coloco aqui hoje, como homem Rom, Kalderash como alguém que carrega nas veias a história de um povo que resiste há séculos. O curso Diálogos Romani – e seu primeiro módulo: Vozes Romani não é apenas uma formação técnica ou acadêmica. Ele é, acima de tudo, um espaço de escuta verdadeira, de reconhecimento profundo e de reparação histórica.

Para nós, Roma e Sinti do Brasil, este curso representa um marco. Pela primeira vez, estamos sendo chamados a falar com voz própria, a compartilhar nossos saberes, nossas dores, nossas lutas e nossas esperanças. E isso não é pouca coisa. Durante muito tempo, fomos silenciados, invisibilizados, estigmatizados. Fomos tratados como folclore, como curiosidade, como problema. Mas somos muito mais do que isso. Somos cultura viva, somos história, somos resistência.

Quero destacar com muito carinho e respeito a importância do módulo fechado para os Rom do Brasil. Esse espaço foi essencial. Um momento íntimo, protegido, onde pudemos falar de nossas histórias com liberdade, sem mediações, sem traduções equivocadas, sem

---

<sup>2</sup> Membro do Conselho Consultivo Rom/AMSK e Vice Presidente da IRU Latino America.

# Diálogos Romani – Caderno I

o olhar externo que tantas vezes nos interpreta sem nos compreender. Ali, cada fala foi uma memória viva. Cada relato, uma ferida aberta e uma força ancestral. Ali, falamos por nós, para nós, e isso é revolucionário.

Esse curso também é bilíngue, e isso é um gesto político e simbólico. A presença da nossa língua — seja o Romanes, o Sintikikes, o Codex Alemão, o Piemontákeri — é um reconhecimento da nossa identidade. A língua é mais do que comunicação: ela é território, é afeto, é resistência. Quando falamos na nossa língua, estamos dizendo ao mundo que existimos, que temos história, que temos direito à memória e à dignidade.

A importância desse curso está em permitir que nossos jovens, nossas lideranças, nossos anciãos possam se reconhecer e serem reconhecidos. Que possamos construir pontes entre nossas comunidades e as instituições que, por tanto tempo, nos negaram. Que possamos dizer: estamos aqui, e queremos ser ouvidos.

Mas esse curso também é importante para quem não é romani. Para quem nunca ouviu falar dos Sinti, dos Kalderash, dos Lovara, dos Kalon. Para quem cresceu ouvindo estereótipos, piadas, preconceitos. A presença de pessoas não-Romani aqui é fundamental. Porque o racismo, a intolerância e a exclusão não são problemas nossos — são problemas da sociedade. E só com escuta, com empatia e com compromisso é que podemos transformar essa realidade.

É preciso que a sociedade brasileira conheça a verdadeira história dos povos Romani. Que saiba que estivemos nos campos de concentração, que fomos vítimas do Samudaripen/Barô Mudaripen ou Holocausto Romani que perdemos mais de um milhão de vidas sob o regime nazista. Que fomos perseguidos também aqui, no Brasil, durante a Era Vargas, e que continuamos sendo alvo de preconceito até hoje.

A memória é nossa arma mais poderosa. Ela nos conecta aos nossos antepassados, nos dá força para seguir, e nos lembra que não estamos sozinhos. Lembrar é resistir. Lembrar é honrar. Lembrar é garantir que nunca mais sejamos esquecidos.

Por isso, este curso sobre o povo Romani é tão importante. Ele nos permite dizer quem somos, onde estamos, o que vivemos. Ele nos dá dados, mas mais do que isso: ele nos dá dignidade. E é por isso que a tradução do Estatuto da Criança e do Adolescente para o Romanes é um gesto tão simbólico. Porque nossas crianças têm o direito de conhecer seus direitos na língua que escutam em casa, que aprendem com seus avós, que cantam em roda.

## **Mesa de abertura do Curso Diálogos Romani. Elisa Costa<sup>3</sup>**

Quero inicialmente saudar aqui e agradecer os parceiros imprescindíveis dessa agenda inédita: a República Federativa do Brasil, ao Governo Brasileiro – que tem lutado

---

<sup>3</sup> Presidente da AMSK/Brasil - Associação Internacional Maylê Sara Kalí – AMSK/Brasil

# Diálogos Romani – Caderno I

bravamente para que possamos exercer e consolidar de forma justa a democracia e a soberania; ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, em especial à Ministra Macaê Evaristo; à Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, na pessoa da Profa. Pilar Lacerda; ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; PNUD e a Universidade de Brasília; ao Endica e a todos que trabalham nos bastidores da defesa intransigente das nossas crianças e adolescentes.

Aos membros e parceiros da Associação Internacional Maylê Sara Kalí – AMSK/Brasil, que de forma incansável defenderam essa agenda; uma agenda única do ponto de vista das etapas do módulo fechado que abordou exclusivamente o Samudaripên – e a necessidade de contar a história, entre os pertencentes à etnia. O respeito as memórias.

O Módulo bilingue, português/romanês, foi coordenado por Michel Kriston, Sandra Cândido e AMSK/Brasil, e o módulo aberto sob a coordenação do Prof. Assis Oliveira (UNB) e por mim, Elisa Costa (AMSK/Brasil).

Inovadora por congregar para além dos diversos braços étnicos presentes na elaboração e execução das aulas e temas, mas também por romper o obscurantismo e promover o ineditismo junto com instituições e pessoas que vão muito além do cargo que ocupam.

Preciso agradecer de forma especial o Endica – na pessoa do prof. Bernardo Kipnis, o professor Patrick Antunes Menezes por nos ajudar nas plataformas e por seu compromisso com o reconhecimento e o respeito a todas as infâncias. Às monitoras do fórum que estarão conosco durante todas as etapas do curso, o nosso muito obrigado.

Sem vocês, sem o olhar de vocês, nada disso teria transcorrido até aqui, com respeito pelo diferente. Nenhum caminho se constrói sozinho, por isso mesmo agradecemos ao prof. Assis Oliveira por dividir conosco estradas e caminhos desde 2015 na defesa das nossas infâncias e pelo respeito às nossas lutas e identidades.

E assim aproveito para fazer menção ao querido Fábio Meirelles que sempre defendeu a bandeira do povo romani como se dele fosse, num exercício contínuo de ressonância.

Agradecer de forma muito especial às pessoas de etnia romani que construíram esse percurso, dividindo conosco esperanças, sonhos, lágrimas, memórias e histórias. Hoje escrevemos história, porque falamos, escrevemos e revisitamos memórias.

A AMSK/Brasil tem uma trajetória de quase duas décadas e inúmeros embates, para que nenhum direito seja retirado e nenhuma história apagada ou subjugada.

Não tenho nenhuma dúvida de que iremos romper ventos e de que sairemos mais fortes do que entramos. Temos a certeza de que não foi fácil chegar até aqui, para nenhum de

# Diálogos Romani – Caderno I

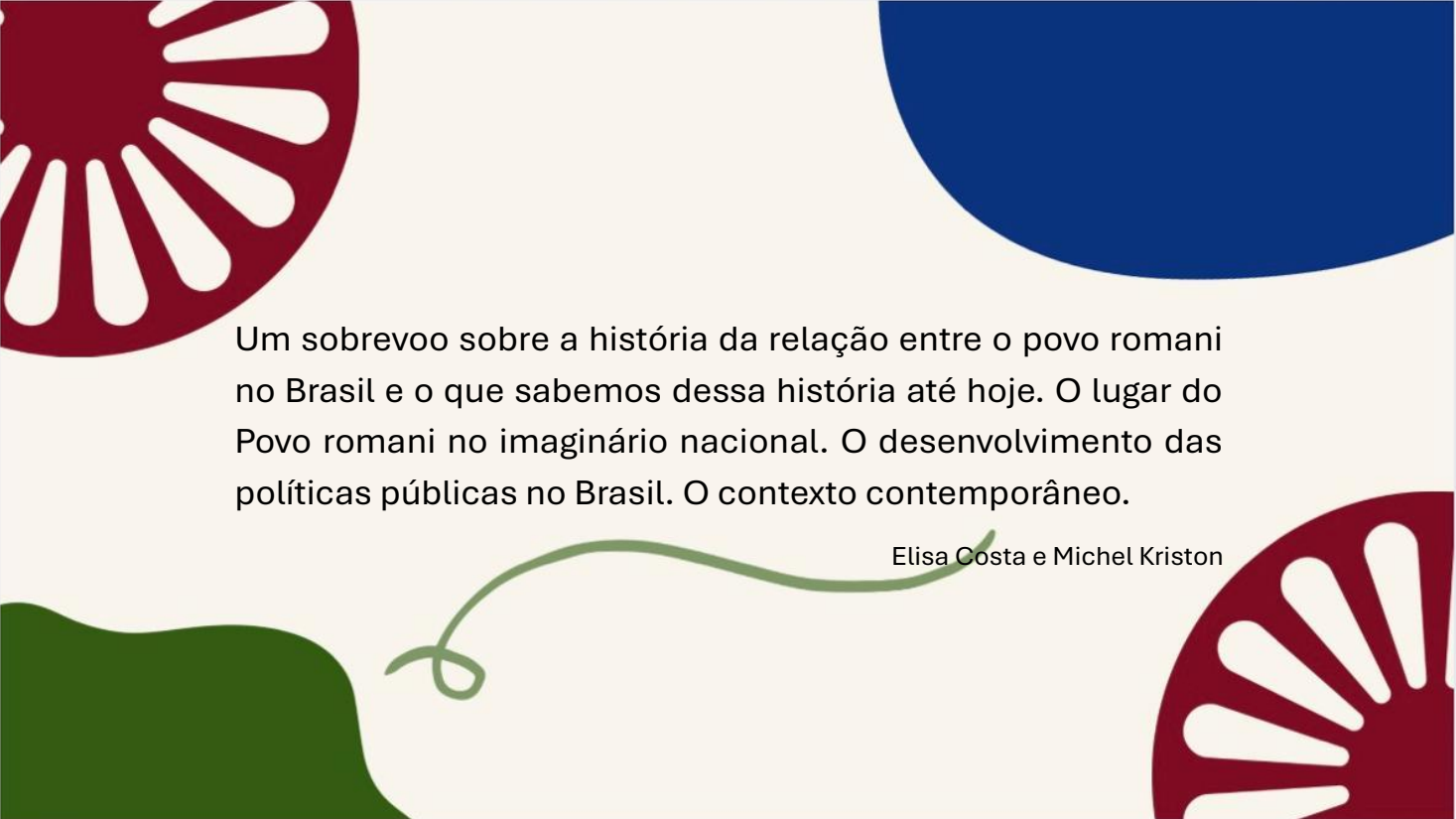
nós e por muitos e inúmeros motivos, juntamos a fé, as memórias, os silenciamentos e em especial as diferenças.

Phralimôs significa Irmandade.

Kai sí phralimôs si zor significa: Onde existe irmandade existe força.

Nai tumengue – muito obrigada a todos.

Holocausto nunca mais.



Um sobrevoo sobre a história da relação entre o povo romani no Brasil e o que sabemos dessa história até hoje. O lugar do Povo romani no imaginário nacional. O desenvolvimento das políticas públicas no Brasil. O contexto contemporâneo.

Elisa Costa e Michel Kriston

## Aula inicial

### Aula inaugural – Módulos abertos

Boa noite a todas e a todos.

Damos início aos módulos abertos do presente curso. Eu me chamo Elisa Costa, presidenta da AMSK/Brasil, e, junto com Michel Kriston, estaremos dialogando com vocês neste encontro inicial, marcado por reflexões e emoções compartilhadas.

Com quais olhos faremos este sobrevoo? Propomos um olhar crítico, um olhar de memória, um olhar voltado às futuras gerações e um olhar atento ao presente. Um olhar amoroso, porém firme; e um olhar inovador, comprometido com a superação de

# Diálogos Romani – Caderno I

perspectivas minoristas, do **adultocentrismo** e dos domínios historicamente impostos por estruturas coloniais.

Propomos, aqui, ensinar e aprender. Neste breve curso, buscamos abrir caminhos, trazendo diferentes pontos de vista e realidades plurais. O Brasil, país de dimensões continentais, ainda carece de dados oficiais sistematizados sobre o povo romani/roma desde os períodos de chegada e dispersão. Ainda é necessário reconstruir essa história a partir do olhar daqueles que foram historicamente marginalizados e criminalizados por sua própria identidade étnica.

Nesse contexto, é fundamental dar voz às memórias, frequentemente silenciadas e distorcidas por narrativas que associam o povo romani exclusivamente à pobreza, à fome ou a estereótipos simplificadores. Tais condições não são naturais, mas historicamente produzidas por processos de exclusão e restrição de direitos. Assim, o romantismo associado ao nomadismo não será tratado como elemento central de análise, mas como construção que precisa ser problematizada à luz das formas contemporâneas de racismo, antiganismo e romafofia, ainda alimentadas pela desinformação e por dinâmicas sociais excludentes.

Vivemos em um mundo globalizado, mas nem sempre refletimos sobre suas implicações com o devido cuidado. Nesse sentido, iniciamos este percurso com uma narrativa que ainda precisa ser contada — uma narrativa pertencente às mulheres de etnia romani, construída a partir de experiências vividas, sem essencialismos ou ideias de pureza racial.

Não se trata de “rasgar véus” ou reproduzir imagens estereotipadas. Ao contrário, propomos o reconhecimento de um caminho humanitário — o *drom humanitarian* — compreendendo que, historicamente, o que foi negado ao povo romani foi o reconhecimento pleno de sua humanidade.

Não há mais espaço para discursos de ódio. No entanto, é necessário compreender suas origens e os mecanismos que permitem sua permanência. Propomos cultivar um olhar atento à resistência e à resiliência, caminhando entre perguntas, reflexões e a compreensão crítica de práticas sociais que, ao longo dos séculos, têm mantido grupos vulnerabilizados como bodes expiatórios.

No campo das infâncias, abordaremos tanto as infâncias concretas quanto aquelas invisibilizadas ou estigmatizadas por estereótipos. Trata-se de refletir sobre um país que, muitas vezes, prioriza o imaginário em detrimento das experiências reais de seus povos.

Nesse percurso, surgem questões fundamentais: qual é o lugar do povo romani no imaginário social? Como se constituem suas trajetórias, conquistas e desafios? O que une um povo transnacional para além de suas diferenças internas? Quem são esses sujeitos? E de que forma olhares etnocêntricos contribuem para a distorção de suas múltiplas realidades?

Propomos, assim, a prática da escuta culturalmente adequada. É necessário romper com afirmações generalizantes e estigmatizantes, como a ideia de que se trata de um povo “100% analfabeto”, reconhecendo a importância da escuta ativa, da linguagem acessível e do respeito às diferenças.

# Diálogos Romani – Caderno I

No início dos anos 2000, uma pesquisadora não romani trouxe reflexões relevantes sobre a forma como o povo romani é percebido socialmente. Em seu texto, intitulado *Revelador das Desigualdades*, destaca-se a forma como diferentes instituições e grupos sociais projetam expectativas e questionamentos sobre esse povo, frequentemente negando sua humanidade plena e sua legitimidade histórica.

*“Os Ciganos não são mais europeus do que americanos ou índios. Os Ciganos estão na Sibéria como na China. Estão sempre no avesso do cenário. Eles são a escória das sociedades dominantes, seja qual for a dominação. Onde estiver o Cigano há dominação. Os Ciganos são um revelador das desigualdades, das exclusões. E são mal conhecidos. Atribuem-lhes hoje, como ontem, virtudes e vícios extraordinários. Lisonjeiam lhes a estranheza para melhor os disciplinar. A sua vulnerabilidade para melhor os explorar; a sua fragilidade para os enfraquecer ainda mais. Os jacobinos perguntam se eles têm alma e os padres se eles têm religião. Os revolucionários perguntam se eles são despóticos, as feministas, se as mulheres deles são maltratadas; os historiadores, se eles têm história, os musicólogos se eles têm música, os higienistas se eles se lavam. Poucos povos entram no comércio com tantas negações. O seu holocausto é negado tanto pelos estados nacional-populistas como por Vichy, como pela Alemanha pós-nazi. Os racistas duvidam que eles sejam uma verdadeira raça, os letrados que eles sejam capazes de escrever poesia. Os revisionistas rejubilam porque os Ciganos partilham com os judeus o privilégio do crime contra a humanidade. Mas a humanidade deles ainda não entrou no reconhecimento coletivo.”*

AUZIAS, Claire. Os Ciganos ou o destino selvagem dos Roms do Leste. Lisboa: Antígona, 2001, p.39-40.

Também destacamos registros históricos oriundos de documentos portugueses que evidenciam processos de degredo e criminalização:

**Nome: Mariana**

**Idade: 5 anos**

**Pena: perpétua**

**Crime: cigana**

Esses registros ilustram como a identidade romani foi, historicamente, tratada como elemento passível de punição.

A memória, nesse contexto, não é um fim em si mesma, mas um instrumento fundamental para compreender o presente e projetar futuros mais justos. Como afirma Rainer Schulze, quando os direitos humanos de um grupo são violados, nenhum grupo pode se considerar plenamente seguro.

Termos como **Berša Bibahtale** (anos infelizes), **Kali Traš** (medo negro), **Porajmos** ou **Samudaripen** refletem diferentes formas de nomear experiências históricas de violência

# Diálogos Romani – Caderno I

e genocídio. São conceitos cunhados a partir das próprias vivências e memórias dos povos romani, devendo ser compreendidos e respeitados em sua dimensão histórica e política.

No contexto do Samudaripen, estima-se que milhares de pessoas romani e sinti tenham sido deportadas e mortas durante o período do nazismo, evidenciando a dimensão do extermínio e suas consequências intergeracionais. Ainda hoje, as marcas desse processo se fazem presentes nas formas contemporâneas de exclusão e violência.

É fundamental reconhecer que o holocausto romani não se encerra apenas como um evento histórico, mas como uma memória que ainda reverbera nas condições de vida de muitas comunidades ao redor do mundo. No Brasil, o povo romani ainda enfrenta invisibilização, estigmatização e violências estruturais, sendo frequentemente tratado como indesejável ou marginalizado.

Diante disso, reafirmamos a importância da escuta culturalmente adequada, livre, prévia, informada e de boa-fé, como instrumento essencial para a construção de políticas públicas mais justas e eficazes. Conhecer quantos somos, compreender nossas realidades e reconhecer nossas especificidades são passos fundamentais para a garantia de direitos.

No ano de 2024, o mundo relembrou os 80 anos do Samudaripen, também conhecido como o Holocausto Romani. As consequências desse processo histórico ainda impactam profundamente a vida de populações romani no Brasil e no mundo, reforçando a necessidade de memória, reconhecimento e reparação.

Por fim, destaca-se a importância de fortalecer a atuação conjunta entre sociedade civil, instituições acadêmicas, organismos internacionais e sujeitos de direito romani, com o objetivo de qualificar profissionais e ampliar a capacidade do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) na construção de práticas pautadas no respeito às especificidades culturais e na promoção de uma escuta humanizada.

Este percurso formativo também busca fortalecer processos de educação intergeracional, valorizando memórias familiares e contribuindo para o empoderamento do povo romani na condução de sua própria narrativa histórica e política.

Refletir sobre esse longo percurso histórico nos permite compreender que ainda há lacunas importantes a serem enfrentadas. A história precisa ser constantemente revisitada sob diferentes perspectivas, especialmente aquelas produzidas a partir dos próprios sujeitos historicamente silenciados.

Por isso, reafirmamos a importância de que o povo romani do Brasil e da América do Sul ocupe seu lugar de fala, contribuindo ativamente para a construção e interpretação de sua própria história.

# Diálogos Romani – Caderno I

## Módulos na prática

“Amare tsinorren, lê tsinorren avrengue Thai vi lê tsinorre      khanikaske, si sa amare.”

*“As nossas crianças, as crianças dos outros e as crianças de ninguém, são nossas também.”* Art. 227 CF

### Módulo I (20 horas)

**Tema:** Vozes Romani – Diálogo com membros Roma e Sinti sobre memórias familiares

O módulo foi dedicado ao diálogo intercultural com membros Roma e Sinti, com foco nas memórias familiares, na língua romani e nos direitos transversais. As atividades contaram com a presença e acompanhamento de dois membros da academia da Universidade de Brasília (UnB), além da condução realizada por dois educadores romani, Michel Kriston e Sandra Cândido.

Participaram cerca de 20 debatedores Roma e Sinti, incluindo familiares de diferentes faixas etárias, com equilíbrio entre homens e mulheres, promovendo um espaço plural de escuta, troca e construção coletiva de conhecimento.

#### Eixos temáticos abordados

##### 1. Memória histórica e Samudaripen

Abordagem da história do **Barô Mudaripên (Samudaripen)**, com destaque para a experiência histórica do extermínio romani e suas reverberações contemporâneas. O tema foi contextualizado também a partir de vivências e reflexões relacionadas à memória Roma e Sinti no Brasil, evidenciando as narrativas que se perpetuam entre gerações.

##### 2. Arte como expressão identitária

Discussão sobre a arte como instrumento de preservação cultural e afirmação identitária. Ressaltou-se a importância dos processos de memorialização do povo romani nas Américas, considerando a arte como meio de transmissão de saberes, histórias e pertencimento.

##### 3. Justiça restaurativa e memória

Reflexão sobre conceitos de justiça restaurativa e suas possibilidades de aplicação no contexto do povo romani. Destacou-se a importância de reconhecer, verbalizar e elaborar experiências historicamente silenciadas, bem como a necessidade de discutir quais memórias devem ser compartilhadas com a sociedade não romani, considerando o direito à narrativa própria.

##### 4. Convivência com não romani

# Diálogos Romani – Caderno I

Análise dos desafios e estratégias relacionados à convivência entre populações romani e não romani. Foram abordadas práticas cotidianas voltadas à promoção do respeito, da inclusão e da participação social, bem como a construção de relações mais equitativas no dia a dia.

## 5. Língua romani e transmissão intergeracional

Discussão sobre a importância da língua romani e de sua preservação como elemento central da identidade cultural. Foram abordados aspectos como transmissão intergeracional, adaptação linguística, valorização da oralidade, escrita e partilha de produções culturais como formas de continuidade e fortalecimento comunitário.

### Observação geral

Este módulo se caracterizou pela integração entre prática, memória e identidade, promovendo um espaço de aprendizagem baseado na escuta ativa, no protagonismo romani e na valorização das experiências vividas como fonte legítima de conhecimento.

## Módulo II (28 horas)

**Tema:** História e memória do Samudaripen Roma e Sinti. Cultura e sociodiversidade do povo romani no Brasil.

O módulo foi distribuído em 7 aulas e contou com a participação de 10 colaboradores, sendo 8 deles pertencentes à etnia romani (5 mulheres e 3 homens), representando diferentes grupos étnicos, em dinâmicas que buscaram promover respeito, integração e reconhecimento das diversidades internas.

### Eixos temáticos abordados:

#### 1. História e memória do Samudaripen e contexto brasileiro

Apresentação de um panorama histórico sobre o povo romani no Brasil, com reflexão sobre sua presença no imaginário nacional, o contexto contemporâneo e os principais desafios relacionados ao reconhecimento e à produção de conhecimento histórico sobre essa população.

#### 2. Samudaripen / Barô Mudaripen (Holocausto Romani)

Discussão aprofundada sobre o genocídio romani, incluindo referências a campos de concentração, pesquisas históricas e processos de reconhecimento da memória coletiva, destacando o impacto intergeracional desse evento.

#### 3. Memória cultural: formas de expressão

Análise da memória romani expressa por meio da música, literatura e outras manifestações culturais, considerando suas dimensões históricas, sociais, políticas e

# Diálogos Romani – Caderno I

acadêmicas. Destacou-se a importância da produção intelectual e artística como forma de preservação e afirmação identitária.

## 4. Estereótipos e impactos nas infâncias

Reflexão sobre os estereótipos atribuídos ao povo romani e seus efeitos na construção social das infâncias, com ênfase nas dimensões históricas desses processos e suas implicações contemporâneas.

## 5. Saúde, infância e juventude na perspectiva romani

Discussão sobre como temas relacionados à saúde, infância e juventude se manifestam no cotidiano das comunidades romani, considerando aspectos culturais, sociais e familiares.

## 6. Língua romani: atualidade e transformações

Abordagem sobre a importância da língua romani, suas transformações ao longo do tempo, processos de perda, adaptação ao português e desafios relacionados à sua preservação e transmissão intergeracional.

## 7. Experiências educacionais e juventude romani

Análise das experiências de jovens romani no ensino superior brasileiro, incluindo desafios de permanência, acesso, reconhecimento cultural e as tensões vivenciadas no ambiente acadêmico. Foram destacados pontos críticos e também aspectos positivos dessas trajetórias.

## Módulo III (24 horas)

**Tema:** Proteção jurídica de crianças e adolescentes romani e a desconstrução do anticiganismo.

Este módulo contou com 6 aulas, tendo como marca central o protagonismo das mulheres nas abordagens e discussões desenvolvidas.

### Eixos temáticos abordados

#### 1. Marcos legais e escuta culturalmente adequada

Estudo dos marcos legais brasileiros relacionados aos direitos de crianças e adolescentes, com ênfase no direito à escuta culturalmente adequada como princípio fundamental para o atendimento de populações romani.

#### 2. Legislação, políticas públicas e SGDCA

Análise das normativas voltadas à proteção de crianças e adolescentes na perspectiva romani, incluindo a necessidade de serviços culturalmente adequados, bem como a

# Diálogos Romani – Caderno I

articulação entre interculturalidade e intersectorialidade no âmbito do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).

## 3. Inteligência artificial e proteção de direitos

Discussão sobre o uso de ferramentas de inteligência artificial na proteção de crianças e adolescentes, com reflexões sobre possibilidades e limites na aplicação desses recursos em contextos envolvendo crianças romani.

## 4. Literatura romani e desafios contemporâneos

Reflexão sobre os desafios enfrentados pela literatura romani em contextos marcados por colonialidade e estereótipos, abordando questões como apagamento, resistência cultural e a escrita em romanês como ato político.

## 5. Voz própria e outras formas de expressão

Valorização da construção de narrativas próprias como forma de afirmação identitária, reconhecendo diferentes formas de expressão da vida, da cultura e das experiências romani.

## 6. Estudos de caso e escuta das mulheres

Análise de casos práticos, relatos e narrativas, com destaque para a escuta das mulheres romani como elemento central na compreensão das experiências vividas e na construção de respostas mais sensíveis e adequadas.

## Módulo IV (20 horas)

**Tema:** Ações possíveis contra o anticiganismo e no acesso às políticas públicas

### Eixos temáticos abordados

#### 1. Protocolos e fluxos de atendimento

Discussão sobre a importância, finalidade e metodologia de elaboração de fluxos e protocolos de atendimento voltados a crianças e adolescentes romani, considerando suas especificidades culturais.

#### 2. Território, famílias e justiça de transição

Reflexão sobre a relação entre território, organização familiar e os processos históricos vinculados à justiça de transição, considerando as experiências do povo romani.

#### 3. Identidades romani no Brasil

# Diálogos Romani – Caderno I

Análise do contexto brasileiro envolvendo os grupos Rom, Sinti e Calon, destacando elementos comuns que fortalecem a identidade coletiva, para além das diferenças internas.

## 4. Oficina de construção de protocolos interculturais

Realização de oficina prática voltada à elaboração de protocolos e fluxos interculturais, incluindo o reconhecimento de datas comemorativas, marcos legais e práticas institucionais já existentes.

## 5. Narrativas e registros das experiências

Encerramento com a sistematização das experiências vividas ao longo dos módulos, destacando a importância do registro das histórias, das entregas formativas e da construção coletiva do conhecimento.

### Observação geral

Os módulos II, III e IV se complementam ao integrar memória histórica, garantia (direitos), cultura, práticas pedagógicas e construção de políticas públicas, consolidando uma abordagem formativa baseada no protagonismo romani, na escuta qualificada e na valorização das experiências vividas.

## Pensamento Crítico

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”.

*“Sá lê manush biandjon slobodo pô digniteto aí pê pesko hacai. Sí djinglô pô tchatchipen Thai pê kontzientzia thai trubun te traín iekh avressa pô phalipen”.* Tradução Michel Kriston.

Pensamento Crítico, um convite nosso sobre as bases do racismo institucional e secular, desde o período da colonização, sua perpetuação no período do Holocausto e pontos da literatura que podem nos ajudar com algumas construções sobre o tema.

Para compreendermos como pode ser a visão do outro sobre o povo romani – aqui tratado de “ciganos”, deixo alguns trechos importantes para que se compreenda que as falas pouco ou quase nada mudaram:

Jean Baptiste Debret (1768-1848) - Em sua obra – Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, publicada entre os anos de 1834 a 1839.

“A casta dos ciganos caracteriza-se tanto pela capacidade como pela velhacaria... DEBRET, Jean Baptiste. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. São Paulo: Martins, 1972. 3v, p. 191 e se seguem outros pontos abaixo.

# Diálogos Romani – Caderno I

*Os ciganos, dedicam-se exclusivamente ao comércio, abandonam por completo a educação de seus filhos; os mais ricos contentam-se com fazê-los aprender a ler, escrever e contar mais ou menos, deixando-os entregues aos seus caprichos sem nenhum preceito de moral; por isso, desde criança se encontram de cigarro na boca e caixa de rapé na mão, exercitando-se impunemente, e as vezes mesmo com o encorajamento culpado dos seus, na trapaça, no jogo, no roubo, e dirigindo a seus pais os mais revoltados insultos. [...] A educação das filhas é também muito abandonada, raramente se elevando até a simples leitura. Desde pequenas tocam violão e, sempre à janela, empregam em trabalhos de agulha o tempo exclusivamente necessário a seus adornos; por outro lado, preguiçosas e faceiras bárbaras para com os escravos, só pensam em agradar aos homens. Se o irmão mais velho seduz a mãe, elas encontram idêntica ternura junto de seus pais, mas são severamente fiscalizadas pela progenitora. As mulheres velhas ajudam os filhos nos trabalhos domésticos. DEBRET, op. cit., p.192.*

*Esta raça desprezada tem por hábito encorajar o roubo e praticá-lo; roubam sempre alguma coisa nas lojas onde fazem compras e, de volta à casa, se felicitam mutuamente por sua habilidade repreensível. [...] O espírito do lucro está a tal ponto enraizado neles, que aproveitam a beleza de suas filhas, recusando-as aos primeiros que se apresentam, a fim de que o obstáculo, aguçando os desejos, lhes permita casamentos vantajosos. [...] Vaidosos de sua riqueza, gastam de bom grado importâncias consideráveis com joias por causa de suas fraudes, a frequentes penhoras, possuem apenas um mobiliário muito simples, composto em geral de algumas canastras e de rede, objetos indispensáveis e de pouco embaraço nas mudanças urgentes. DEBRET, op. cit., p.192-194*

# Diálogos Romani – Caderno I



**Ilustração:** Dibujo Literatura Romani. Natasha Castello

**Autora:** Vória Stefanovsky

“Textos que, en la contemporaneidad, son lugares de (des)construcciones y reconstrucciones identitarias, que se efectivan desde distintas estrategias narrativas, como puede ser el rescate y resignificación de nuestra historia, la construcción de una historia social romaní, la solidificación de nuestros marcos de memoria y el fortalecimiento del sentido de pertenecer a un pueblo único y transnacional.”

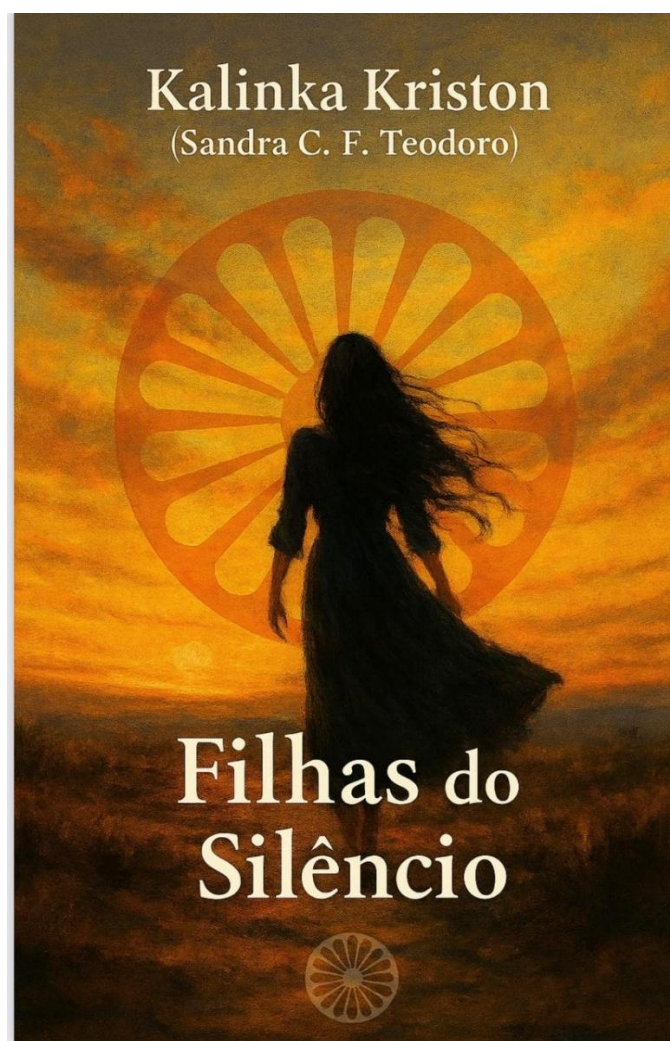
“El racismo epistemológico es una realidad en el mundo académico, donde muchas veces se obstaculiza que personas pertenecientes a grupos étnicos minoritarios estudien temáticas relativas a su propio grupo.”

“Papusza tuvo una historia de vida impresionante que representa la fuerza y determinación del pueblo y específicamente de la mujer gitana.”

“Los escritores y escritoras actuales en su mayoría, buscan mantener una trama interesante, fluida, expresiva pero que a la vez traiga contenido, que sean educativos. Educación entendida como promocionar construcciones y desconstrucciones identitarias.”

# Diálogos Romani – Caderno I

El reconocimiento implicado en poder hablar es mucho más significativo para un colectivo que ha sido históricamente subalternizado que cualquier otro. Hablar en cualquier instancia es tener representatividad, sea política, sea literaria, es tener lugar en los espacios públicos representativos. Hay mucho por explorar, la riqueza de la literatura romaní contemporánea es enorme, son inúmeros los nombres de escritores y escritoras que desde los más variados géneros y de una labor literaria cada vez más amplia, - en términos de argumentos, estructuras textuales, estilo y originalidad- dan los contornos de este simbólico territorio conformado por palabras, donde hay mucho por caminar.



Sandra Candido Fabrício Teodoro (Autor)  
ISBN: 978-85-67708-19-5  
DA-2025-102592

O maior campo feminino foi Ravensbrück, inaugurado em maio de 1939. Lá, mulheres de diversas origens foram submetidas a trabalhos forçados, experimentos médicos e execuções. Entre elas, estavam milhares de mulheres Roma e Sinti muitas sem registro, sem nome, sem voz. Este livro é sobre elas.

# Diálogos Romani – Caderno I

“Muitos morreram sem nome, sem número, sem história. A memória é um ato de justiça. Esquecer é permitir que a violência se repita.” *Sandra Cândido*

Relato real – **Ceija Stojka** (sobrevivente Roma):  
“Quando chegamos, nos separaram dos homens. As crianças choravam. As mulheres gritavam. O chão era de lama e o ar, de medo. Eu tinha dez anos e sabia que a morte morava ali.”

Fonte: autobiografia publicada em 1999

“Não éramos criminosas!  
Éramos Roma! E isso bastava.”

“*Ame tchi samas kriminaluria!*  
*Ame samas roma! Thai kodo sas dosta.*”

Kalina – Filhas do Silêncio

## Samudaripen – O Holocausto Esquecido dos Roma e Sinti

Esse genocídio é chamado de Samudaripen, que significa “assassinato em massa” na língua romani. Também é conhecido como Barô Mudaripen, ou “grande mudança”, pois representa uma ruptura profunda na história desses povos. Infelizmente, essa tragédia foi ignorada por décadas, e até hoje é pouco conhecida. Mas lembrar é um ato de justiça. Esquecer é permitir que a violência se repita.

### Campos de Concentração e Extermínio:

Auschwitz-Birkenau

- Setor cigano: Zigeunerlager
- Mais de 25 mil internados
- 2 de agosto de 1944: 2.800 mortos

### Memorial Roma em Auschwitz

<https://www.auschwitz.org/en/history/categories-of-prisoners/sinti-and-roma-in-auschwitz/>

Outros campos

- Ravensbrück: mulheres Roma em experimentos médicos
- Dachau: trabalho forçado e tortura
- Buchenwald: testes pseudocientíficos

# Diálogos Romani – Caderno I

- Lety e Hodonín: campos tchecos para confinamento e deportação
- Memorial Lety - <https://letypamatnik.cz/en/lety-memorial/>

## Superando o anticiganismo e a romafobia

Importante lembrar que o primeiro olhar faz toda a diferença e que o entendimento de que existem várias formas de violações e que muitas delas perpassam toda a vida dessas infâncias. Não é só a pobreza/falta de comida e/ou a violência física não vem somente de sua estrutura familiar. Violência não é nossa cultura.

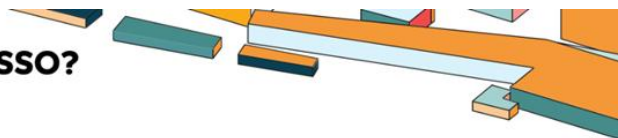
### Significado real da Bandeira Romani

♦ Bandeira Romani, criada em 1971, durante o I Congresso Mundial Romani. O azul simboliza o céu, o verde simboliza a terra e a roda, em vermelho, a liberdade. Os dizeres que inspiraram sua criação - “O céu é meu teto, a terra minha pátria e a liberdade é minha religião” - caracterizam o simbolismo desta Nação sem Território.



11/12/2025

**O QUE QUEREMOS COM ISSO?  
TEMOS O DIREITO DE DISCORDAR,  
CONCORDAR E PROPOR ...**



8 de abril - 16 de maio - 24 de maio - 02 de agosto - 5 de novembro

A comunicação eficaz envolve não apenas a entrega de uma mensagem ou de uma escuta adequada, mas também a ressonância com as experiências, os valores e os desdobramentos.

Buscar reconhecimentos reais é o primeiro passo.



# Diálogos Romani – Caderno I

Os marcos legais compreendem toda e qualquer legislação que rege um determinado tema, seja ele na área política, econômica, educacional, cultural etc. Pode ser consolidado na forma de leis municipais, estaduais e federais, decretos, portarias, instrução normativa, medidas provisórias, etc...

## **Políticas públicas e marcos legais. Direitos fundamentais do nosso cotidiano e das nossas infâncias.**

A política é fundamental para a construção social por direitos, pois é através dela que as decisões são tomadas e as políticas públicas são implementadas. O entendimento da política permite que as pessoas compreendam como os direitos são conquistados e como podem ser defendidos.

A política é uma ferramenta para a transformação social e para a promoção da justiça e da igualdade e o conhecimento político ajuda a identificar os mecanismos de opressão e a criar estratégias para superá-los. O entendimento dessa política permite que as pessoas sejam mais críticas e informadas sobre os processos políticos.

A participação política é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, pois é através dela que trabalhamos para alcançar a cidadania plena e os direitos humanos.

## **Apontamentos e opiniões – conversas desobedientes.**

Quando as mulheres ciganas estudam, os filhos e filhas têm maior tendência a fazer o mesmo. 2. Mulheres não-ciganas com ensino médio completo e que se casam com homens ciganos, contribuem para que o nível escolar da família aumente. 3. Quanto maior o nível educacional, menor a necessidade de se declararem ou se auto identificarem em público. Menos necessidade de acessar os serviços públicos, maior cumprimento da romanipen – costumes e tradições no seio familiar. Menos necessidade de se expor. Maior receio da perda. Melhor qualidade de vida. 4. Mulheres ciganas que se casam fora do grupo étnico têm maior possibilidade de ocuparem cargos públicos e avançarem em seus estudos, cursando Especializações, Mestrado, Doutorado. Muitas vezes rompem com vários pontos da tradição, mas constantemente são procuradas pela comunidade a fim de prestar favores que exigem domínio de conhecimentos específicos. 5. Mulheres ciganas/romani que conseguem a compreensão e o apoio dos pais, normalmente demoram mais a se casar e completam o ensino médio e/ou superior. 6. O apoio dos maridos na conclusão dos estudos ainda é um grande desafio. Após o nascimento do primeiro filho, o acesso ao ensino formal se torna cada vez mais difícil.

[https://www.amsk.org.br/imagem/publicacao/Publicacao7\\_AMSK\\_2017\\_MulheresRomani.pdf](https://www.amsk.org.br/imagem/publicacao/Publicacao7_AMSK_2017_MulheresRomani.pdf)

# Diálogos Romani – Caderno I

## As mulheres -> a importância na organização social

As mulheres ocupam um lugar importante na estrutura social historicamente, no espaço privado. Criar a criança - a mulher tem papel fundamental nisso e isso é valorizado (aqui fora não temos isso).

Em grande parte das situações, a autoridade está no ombro dos homens -> a mediação se dá através dos homens.


Mas isso tem mudado - mulheres têm ocupado espaços públicos e assumido pautas no processo de construção de políticas.

- Um desdobramento do capital escolar que por elas é maior adquirido?
- Dos empregos formais que elas acessam mais do que os homens?

*Professora Jamilly Cunha*

Fortalecer o trabalho em rede garante o direito à vida, dignidade e a proteção integral. As mulheres ocupam um papel fundamental nestas questões e parte importante dessa rede se dá justamente aí, não se discute criança romani, sem as mães, as mulheres da família e o cotidiano.

*Lucimara Cavalcante.*



“A mulher cigana é uma mulher muito forte, por iniciativa própria e mudança de mentalidades. Em todas as culturas, ela recai sempre em cima do ombro da mulher. É a mulher que carrega a cultura e que tem de demonstrar que ela existe. Não é admirar, portanto, que sejam as mulheres que querem mudar um bocadinho a cultura. A nossa cultura é machista, há papéis bem definidos e tarefas direcionadas para as mulheres. É comum ouvir-se “tu aqui não falas porque isto é uma conversa de homens”, mas em casa quem fala são as mulheres e quem ouve são os maridos.” **Olga Mariano, escritora e ativista de etnia romani.**

Verdades absolutas foram ditas em nome dessas mulheres, e muitas delas entenderam como verdadeiras essas questões sobre elas mesmas.

*(Costa 2017)*

# Diálogos Romani – Caderno I

Perguntas como: “Qual o papel da mulher da Romani? Nunca levam em consideração as infâncias que são múltiplas, a adolescência que é distinta entre as etnias, a fase adulta e a velhice, tão pouco a contemporaneidade. Não vivemos mais no século passado.” Precisamos falar sobre as nossas verdades e urgentemente.

*Mellina Gabriella Anoviche; Carolina Guimarães e Stella Aquino*

**“A cultura é nosso lastro, nossa base e nossa trajetória. Não há Rromà sem cultura. Cada vez que ela é atacada, desvirtuada, folclorizada ou como muitas vezes esvaziada na sua excelência de existir, morre um pouco de cada um de nós. Lutar pela cultura é lutar pela existência de cada um de nós.” Michel Kriston, Diretor de Cultura da Union Romani Internacional/IRU - 2020**



**Resistência** – essa é a palavra, como afirma o Rom/Lovara, José Rüter: Musicalidade Romani: Resistência e Afirmação.

*A Música ainda é uma voz contra discriminação e opressão histórica, ela é a afirmação da identidade e riqueza cultural romani.*

*A Música Romani, portanto, é a “Identidade da etnia” e é um pilar insubstituível da identidade cultural, preservando a língua Romanês e valores como família e costumes.*

*Ela serve como elo vital com as raízes e herança, fortalecendo a união do povo.*

## **Um olhar para a infância romani. Direitos, fluxos, contexto e protocolos. Quem cabe no seu todos?**

Um olhar para a primeira infância romani, traz consigo a possibilidade de cuidado, escuta e entendimento. Uma criança não nasce sozinha, ela recebe a atenção de toda a família e ou comunidade. Não fica isolada na construção da identidade familiar, acompanha todas as atividades e reforça seus laços de maneira contínua e ininterrupta.

É reconhecida com membro da comunidade e receberá de forma oral, visual e emocional o seu código de comportamento social.

# Diálogos Romani – Caderno I

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

Resoluções Conanda:

Resolução 181/2016 Atendimento culturalmente adequado no Sistema de Garantia de Direitos

Resolução 253/2024 Direito à consulta livre, prévia e informada para crianças e adolescentes;

Res. 254/2024 Reconhecimento das práticas comunitárias de cuidado e proteção

Tanto o Art. 227 da CF, quanto as Resoluções do Conanda, dialogam com o que precisamos conversar e discutir cada vez mais.



Humanitary Drom  
2026...

“Amare tsinorren, lê tsinorren avrengue Thai vi lê tsinorre khanikaske, si sa amare.”  
“As nossas crianças, as crianças dos outros e as crianças de ninguém, são nossas também.”

A data é hoje

A hora é agora

Em todo território Nacional...

A família extensa tem um papel primordial no cuidado diário dessas infâncias, com especial atenção a primeira infância. Muito da língua e dos fazeres cotidianos são passados dessa forma.

# Diálogos Romani – Caderno I

*A minha pátria é onde estão meus pés, minha língua é minha pátria, minha identidade e meu reconhecimento. Com ela, falo as palavras dos meus pais, conto aos meus filhos e escutam meus netos.*

José Ruiten<sup>4</sup> traz essa dimensão da transmissão oral ao falar das crianças e seu envolvimento com a musicalidade, como exemplo. Ele chama de *Memória Viva* e linka

- Hereditariedade musical: Aprendizado por audição e imitação familiar.
- Mestres e aprendizes: Transmissão direta em comunidades romani.
- Repertório vivo: Adaptação e criação contínua, sem partituras.

## ***Música Romani:***

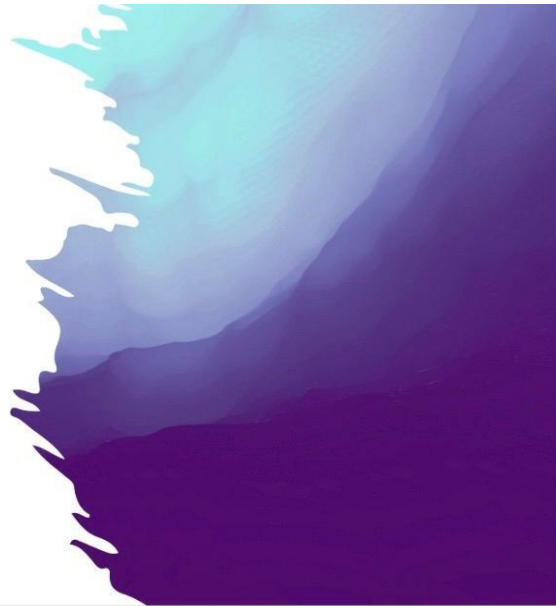
Pilar da Coesão Comunitária?

Como a música Romani, em celebrações como noivados, casamentos, batismos ou festas, transcende o entretenimento, funcionando como um vetor essencial para a coesão social e o senso de pertencimento?

Tudo isso faz parte desde a tenra infância e da vida das nossas crianças.

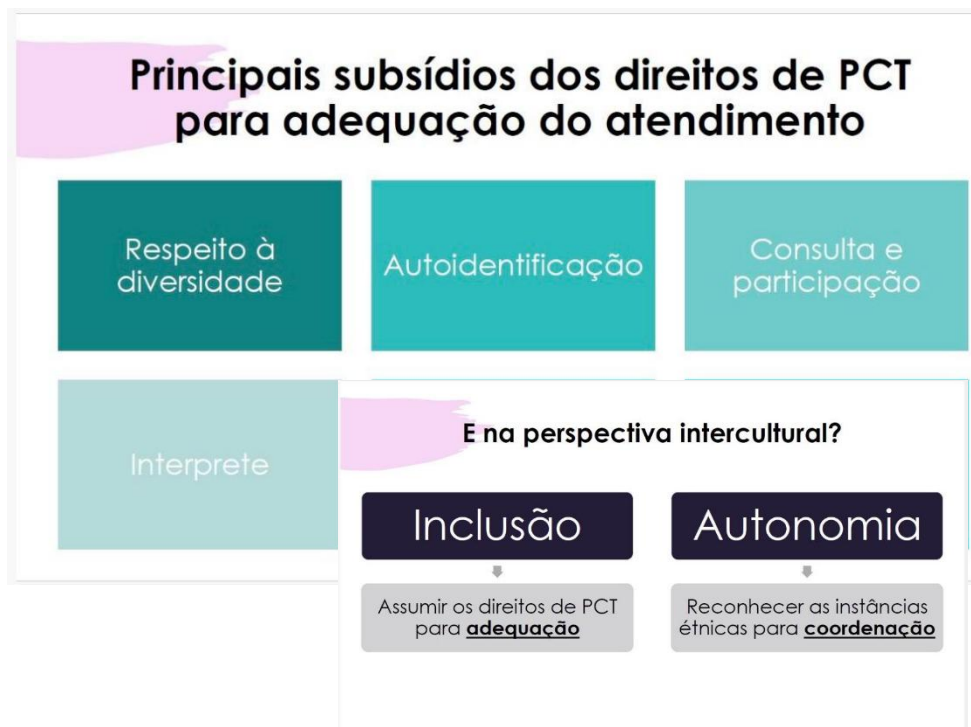
**Metodologia de  
elaboração dos fluxos  
e do protocolo de  
atendimento às  
crianças e  
adolescentes em  
abordagem  
intercultural**

ASSIS DA COSTA OLIVEIRA  
NEIJ/PPJPPIJ/UNB



<sup>4</sup> José Ruiten – Rom Lovara, Músico e Graduando de Física/UFAL

# Diálogos Romani – Caderno I



Como disse o **Prof. Assis Oliveira**; “Não há receita de bolo para o agir nos casos, mas a construção de condições institucionais e atitudinais para saber caminhar na busca pela intervenção culturalmente adequada, e avaliar depois”.

Estatuto cabe a todas as infâncias, mas de quais infâncias estamos falando?

Res. 181/2016 Conanda, Art. 2º - Devem ser respeitadas as concepções diferenciadas dos diversos povos e comunidades tradicionais acerca dos ciclos de vida que compreendem o período legalmente estabelecido como infância, adolescência e fase adulta.

TRAJETÓRIA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL E INTERNACIONAL - DIREITOS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS – PCTS - TRAJETÓRIA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE PCTS.



“... a melhor intervenção possível é aquela pensada e executada com base em referenciais interculturais e de transversalização dos direitos de povos e comunidades tradicionais... [Assim] o atendimento proposto deve, sempre que possível, fortalecer a autonomia, e não a dependência, dos povos e comunidades tradicionais para com o Estado” (Oliveira,

# Diálogos Romani – Caderno I

2022, p. 75)

Conversamos sobre o papel do conselho tutelar e que ainda não vencemos essa barreira com **Thelma Regina Vieira de Mello** que está em seu segundo mandato como atual de 2024/2027. Com ela, abordamos tópicos como:

RESOLUÇÃO Nº 253, DE 10 DE OUTUBRO DE 2024 que Dispõe sobre os parâmetros para aplicação da consulta livre, prévia e informada pelo Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Sessão III

Do atendimento

Art. 10. No atendimento de criança ou adolescente de povo indígena, comunidade quilombola ou povo ou comunidade tradicional, considera-se necessário que o órgão do SGDCA assegure a participação de representantes do povo indígena, comunidade quilombola ou povo ou comunidade tradicional da pertença do sujeito no processo de planejamento e realização do atendimento, assegurando o diálogo intercultural para a definição das medidas institucionais.

§1º Consideram-se representantes de povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais, conforme dispõe o art. 3º, parágrafo único, alínea "a", da Resolução nº 181, de 10 de novembro de 2016, do CONANDA, podendo ser lideranças, organizações, comunidades, famílias e outras instâncias representativas da organização social, respeitando a igualdade de gênero e a representatividade intergeracional.

§4º Qualquer situação de ameaça ou violação de direito à criança ou adolescente de povo indígena, comunidade quilombola ou povo ou comunidade tradicional que requeira a retirada da família deve assegurar que sua colocação familiar ocorra prioritariamente no seio de sua comunidade ou junto a membros da mesma etnia, conforme o disposto no art. 28, §6º, II, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

§5º A colocação em acolhimento institucional ou familiar ou em família substituta deve ser discutida e acordada previamente com representantes do povo indígena, comunidade quilombola ou povo ou comunidade tradicional da pertença do sujeito, sob pena de incorrer em prática de assimilação forçada, racismo e violência institucional.

E sobre RESOLUÇÃO Nº 254, DE 10 DE OUTUBRO DE 2024 Dispõe Sobre os Parâmetros para Aplicação do Artigo 17, Parágrafo único, do Decreto nº. 9.603, de 10 de dezembro de 2018 que Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

# Diálogos Romani – Caderno I

Art. 5º Para a realização de depoimento especial e escuta especializada de crianças ou adolescente pertencente a povo indígena, comunidade quilombola ou povo ou comunidade tradicional, recomenda-se que os órgãos de referência para a realização dos procedimentos conduzam o seu planejamento com a participação de representantes do povo ou comunidade de pertença do sujeito, incluindo a avaliação sobre as medidas necessárias para a adequação cultural do ambiente, da linguagem e do procedimento.

**Importância, finalidade e metodologia de elaboração dos fluxos e do protocolo de atendimento às crianças e adolescentes.** Lucimara Cavalcante

## **“Proteger uma criança é responsabilidade de todos. O silêncio também fere.”**

O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTES (SGD)

Constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal.

DIFERENÇA ENTRE FLUXOS E PROTOCOLOS DE ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - FLUXOS DE ATENDIMENTO:

- Caminhos práticos e organizacionais para atender situações de risco;
- Descrevem quem faz o quê, quando e como; e
- Articulam serviços da rede: saúde, educação, assistência social, justiça.

PROTOCOLO DE ATENDIMENTO: São documentos normativos que definem regras, princípios e procedimentos técnicos para o atendimento. Eles são mais formais e incluem:

- Diretrizes legais e técnicas: baseadas em leis como o ECA e a Lei 13.431/2017;
- Critérios para escuta especializada e depoimento especial;
- Padronização de condutas: como abordar a vítima, como registrar informações, como preservar direitos; e
- Garantia de proteção integral: evitando exposição indevida, repetição de relatos, e promovendo o melhor interesse da criança/adolescente.

Fortalecer o trabalho em rede garante o direito à vida, dignidade e proteção integral. Sem distinção de raça, cor ou etnia, religião ou nacionalidade.

# Diálogos Romani – Caderno I

**Saúde, Infância e Juventude na cosmologia e cultura romani. Como se apresentam os temas na realidade do dia a dia-ressignificar o desconhecido? A política em questão.**

Gizela Ramos Faleiro

Gizela Faleiro apresenta o trabalho do Estado de Goiás e seus resultados ... e seus caminhos.

## **Ressignificar o Desconhecido:**

- A diversidade cultural não é problema, mas potência.
- É preciso escutar sem julgar e conhecer antes de rotular.
- Políticas públicas devem ser adaptadas às realidades específicas dos grupos.
- Educação e saúde interculturais são caminhos para romper o ciclo de exclusão.

## **Reflexões finais:**

- A cultura romani é rica, diversa e viva, apesar da marginalização.
- É necessário desconstruir estigmas e ampliar o diálogo intercultural.
- Garantir direitos básicos sem impor a homogeneidade cultural
- O compromisso com a diversidade é uma escolha política e ética.

*" O reconhecimento e o respeito às diferenças culturais são fundamentais para a construção de políticas públicas de saúde eficazes e inclusivas."*

## **Drauzio Varella**

**Elisa Costa** revisitou pontos importantes para essa agenda e concluiu: “Vale lembrar que críticas são sempre bem vindas, porque elas só podem existir depois do início de uma construção. Como tudo caminha e evolui, pensemos agora no que tem andado. O estado de Goiás acatou a política e levou para a prática. Deu certo. Colocou a agenda de baixo do braço, ouviu, viu e compreendeu a necessidade e o porque desse ritmo na prática.”

Art. 2º São eixos-estratégicos da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Povo Cigano/Romani:

V - fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial, da **primeira infância**, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, com vistas à qualificação da atenção para o acompanhamento do crescimento, desenvolvimento e envelhecimento e a **prevenção dos agravos decorrentes da discriminação étnica e a exclusão social**, bem como transtornos decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas;

# Diálogos Romani – Caderno I

Art. 4º São objetivos específicos da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Povo Cigano/Romani:

X - garantir, ainda na maternidade e demais localidades, o registro do recém-nascido,

Art. 5º São diretrizes gerais da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Povo Cigano/Romani:

IV - criação e implementação de Comitês Técnicos de Saúde Integral do Povo Cigano/Romani no Ministério da Saúde, nos estados, municípios e no Distrito Federal;

VI - promoção do reconhecimento dos saberes e práticas populares de saúde, incluindo aquelas preservadas pelas comunidades tradicionais;

Art. 7º Compete à gestão estadual de saúde:

I - promover a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Povo Cigano/Romani no âmbito estadual;

IX - incentivar a criação de espaços (comitês, áreas técnicas, grupo de trabalho, entre outros) de promoção da equidade para a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Povo Cigano/Romani de forma participativa.

## **Marcos legais e conquistas na Saúde do Povo Romani/cigano no Brasil.**

- A Portaria nº 940/GM/MS, de 28 de abril de 2011, Regulamenta o Sistema Cartão Nacional de Saúde (Sistema Cartão), Art. 23 § 1º: declara a não obrigatoriedade de comprovação de domicílio para população cigana nômade se cadastrar;
- Brasil Cigano – 2013 - [https://www.amsk.org.br/imagem/marcosLegais/SEPPIR\\_relatorio-executivo-Brasil-cigano.pdf](https://www.amsk.org.br/imagem/marcosLegais/SEPPIR_relatorio-executivo-Brasil-cigano.pdf) Relatório Executivo
- A Portaria nº 2.446/GM/MS, de 11 de novembro de 2014, que redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) e estabelece o respeito às diversidades étnicas, etárias, de capacidade, de gênero e de orientação sexual, e entre territórios e regiões geográficas, dentre outras diferenças que influenciam ou interferem nas condições e determinantes da saúde;
- A Portaria nº 344 de 01 de fevereiro de 2017, Dispõe sobre o preenchimento obrigatório do quesito raça/cor e etnia nos formulários e sistemas de informações em saúde;
- POLÍTICA SOBRE ETNIA E SAÚDE – 160ª SESSÃO DO COMITÊ EXECUTIVO - Washington, D.C., EUA, 26 a 30 de junho de 2017 CE160/15 - Política sobre Etnia e Saúde, aprovada pela 29ª Conferência Sanitária da Organização Pan-Americana da Saúde/OPAS/2017, que garante o enfoque intercultural e equidade em saúde para povos Romani e outros grupos étnicos;

# Diálogos Romani – Caderno I

- PORTARIA Nº 4.384, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018 - Altera a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para instituir, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Povo Cigano/Romani.
- RECOMENDAÇÃO CNS Nº 035, DE 11 DE MAIO DE 2020. Recomenda ações relativas à saúde do povo Cigano/Romani no contexto da pandemia da Covid-19, provocada pelo novo coronavírus, SARS-CoV-2.
- CadÚnico e e-SUS: Cadastros que salvam vidas e rompem com a ignorância.
- Nota Orientativa nº07/2023-Promoção da equidade e do acesso à saúde do povo cigano/romani na rede de atenção à saúde do Estado de Goiás.
- Levantamento sobre a realidade da atenção à saúde dos Povos Ciganos/Romani no SUS em Goiás. Esse questionário foi aplicado em 2023 para os 246 municípios goianos onde 243 municípios responderam. Nesse levantamento 63 municípios responderam que tem a presença da comunidade cigana.
- Resolução CIB nº061/2024 de 09 de abril de 2024 - Aprova a contrapartida estadual a título de incentivo financeiro de custeio mensal a ser repassado aos municípios prioritários e com ocorrência de população cigana/romani para a promoção do acesso com equidade aos serviços de saúde.

Portanto, promover a equidade em saúde não é ofertar privilégios, é “[...] ofertar o cuidado, reconhecendo as diferenças nas condições de vida e saúde e de acordo com as necessidades das pessoas, considerando que o direito à saúde passa pelas diferenciações sociais e deve atender à diversidade com justiça social” (BRASIL, 2017)

## **Escola é caminho - O caminho das Universidades.**

Anne kellen, Leda Cruz, Ítalo Felizardo

Pensamos e lutamos por uma escola que forme de fato pessoas de direito. Qualquer política que não coloque o direito das meninas estudarem, não nos representa. Lutar para uma educação descolonialista é para nós, o caminho não só para cobrar política e deixar entregue nas mãos dos outros. É também sair do papel subalterno. Ampliar a linguagem não violenta e não produzir, não replicar e não criar fake News.

Te convidamos a pensar:

- Porque as secretarias de educação não se importam quando as nossas crianças saem da escola?
- Por que muitas e muitos de nós ficamos caladas para podermos estudar?
- Por que a nossa história não é contada e qual o real motivo desse apagamento histórico?

# Diálogos Romani – Caderno I

- Qual a sanha em tratar nossas necessidades reais como menores, fantasiosas ou descartáveis?
- Qual o medo de uma escuta ampla, informada e de boa fé?

Somos um povo. Somos muitos, com voz própria. Quem conhece um, não conhece todos.

- Construção coletiva e intercultural do protocolo e dos fluxos, com ênfase para as temáticas de reconhecimento das nossas infâncias e adolescências. Conhecer e nos reconhecer nos marcos legais.
- Antes de falar das nossas diferenças, o que nos une?
- O caminhar e o se estabelecer nos territórios e a importância da justiça de transição.

ACNUDH (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos) foi inaugurado no dia 23 de setembro de 2009. Sua missão é observar, promover e proteger os direitos humanos em nove países da região: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. **Ângela Pires** veio conversar conosco e trouxe informações importantes e relevantes sobre o tema.

Os escritórios regionais mantêm um diálogo com os governos, as agências de governo, as organizações intergovernamentais e organizações não-governamentais, a sociedade civil, as instituições nacionais de direitos humanos, bem como outras agências das Nações Unidas, para formular e implementar estratégias, programas e medidas para promover e proteger todos os direitos humanos nos países da região. Procuramos contribuir para o fortalecimento da capacidade desses atores, com o objetivo de melhorar a promoção e proteção dos direitos humanos, de acordo com as normas internacionais.

<https://acnudh.org/pt-br/>

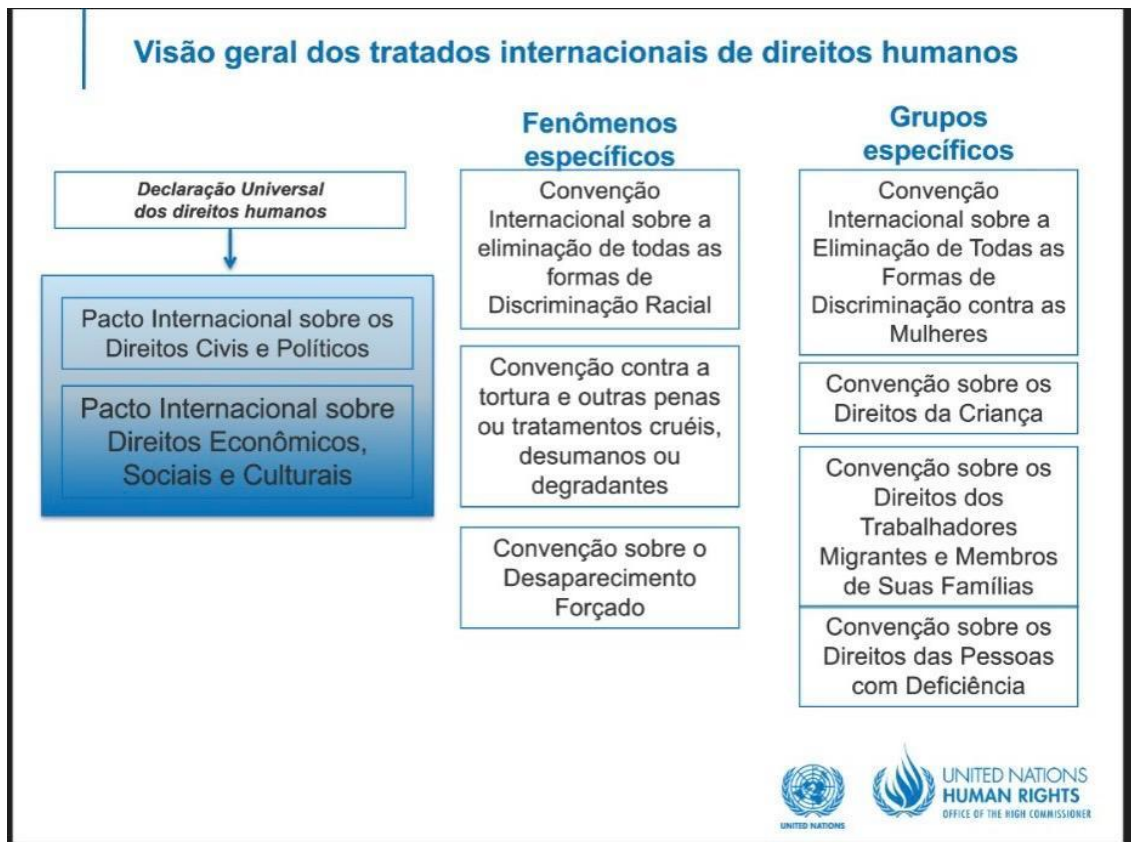
Entretanto, vale lembrar ações que muito ajudaram na preparação desse curso e que tivemos o olhar e a escuta atenciosa de membros da ACNUDH.

Seguem 3 links onde a AMSK/Brasil e parceir@s atuaram diretamente com a ACNUDH a fim de ampliar e construir entendimentos.

- <https://acnudh.org/pt-br/dia-da-memoria-do-holocausto-romani-pessoas-defensoras-da-regiao-participaram-de-atividades-comemorativas-na-europa/>
- <https://acnudh.org/pt-br/brasil-mulheres-romanis-unem-forcas-e-dizem-basta-ao-anticiganismo-e-a-romafobia/>
- <https://acnudh.org/pt-br/o-brasil-deve-desmantelar-o-racismo-sistematico-persistente-diz-relatora-especial-da-onu/>

# Diálogos Romani – Caderno I

É importante conhecer os mecanismos e ir pesquisando e compreendendo como eles podem ajudar. Disse Angela, Convenções e tratados são marcos específicos e podem auxiliar em conquistas de direito para o povo romani.



Para o Representante da ONU Direitos Humanos para a América do Sul, Jan Jarab, “esta data é uma oportunidade ímpar para refletir sobre esse passado sombrio e seu impacto no presente. Ela também nos convoca a fortalecer a luta contra o anticiganismo, uma forma específica de racismo dirigida ao povo romani, alinhando-nos aos objetivos da Agenda 2030. As mulheres, cujas memórias foram duplamente silenciadas, desempenham um papel central nesse processo.” – relembrou Ângela Pires.

E reforçou a importância de estarmos atentos a fim de garantir que a luta dos Direitos Humanos sejam cada vez mais possíveis e que alcancem o maior número de pessoas possível. Conhecer e nos reconhecer nos marcos legais.

**Aline Miklos** trouxe essa dimensão do racismo e da importância em entender para poder levar a todos, construções realistas. Não podemos aceitar que passemos a margens dessas construções. O anticiganismo é sim o racismo específico contra o povo romani.

# Diálogos Romani – Caderno I

## Tipos de racismo que afetam o povo romani

- Religioso
  - Filosófico-racionalista (civilização X barbárie)
  - Positivista-cientificista (explicações biológicas)
  - Culturalista ou diferencialista
- 
- O caminhar e o se estabelecer nos territórios e a importância da justiça de transição.

“O antigitanismo é uma forma muito específica de racismo, uma ideologia de superioridade racial, uma forma de desumanização e de racismo institucionalizado. É alimentado por uma discriminação histórica e pela luta por manter relações de poder que garantem privilégios aos grupos majoritários. Baseia-se, por um lado, em medos imaginários, estereótipos negativos e mitos e, por outro, na negação ou apagamento, da consciência pública, de uma longa história de discriminação contra o povo romani. (...). Os preconceitos contra o povo romani vai claramente além dos estereótipos racistas que os associam a traços e comportamentos negativos. A desumanização é o seu ponto central.” (NICOLAE, 2016, p. 79)

### Comissão Europeia Contra o Racismo e a Intolerância (ECRI), recomendação geral No 13

“o antigitanismo é uma forma específica de racismo, uma ideologia fundada na superioridade racial, uma forma de desumanização e de racismo institucional alimentada por uma discriminação histórica, que se expressa, entre outros, por meio da violência, do discurso de ódio, da exploração, da estigmatização e das formas mais evidentes de discriminação”. Neste mesmo documento, o ECRI reconhece que “o antigitanismo é uma forma de racismo particularmente persistente, violenta, recorrente e comum”

Não estamos inventando a roda, estamos afirmando, digo, todos nós pertencentes a etnia romani que há anos luta por reconhecimento e reparação. “O caminhar e o se estabelecer nos territórios e a importância da justiça de transição” é isso. Por esse motivo lutamos tanto pelo mapa de memorialização das Américas. De forma criteriosa, vamos contanto a história e referendando realidades. Abaixo a terceira edição desse trabalho.

# Diálogos Romani – Caderno I



É preciso combater o Anticiganismo no Brasil e nas Américas e reconhecê-lo se torna fundamental.

- Estereótipos nas artes
- Indústria cultural e anticiganismo
- Religiões, espiritualidade e anticiganismo
- Imprensa e anticiganismo
- Violência Policial
- Racismo institucional

Tudo isso nos leva a crer que é preciso entender a urgência de lutarmos contra os apagamentos históricos e a favor das memórias ricas e fundamentais de todo um povo.

## Antes de falar das nossas diferenças, o que nos une?

**Jamilly Cunha** e **Elisa Costa** trazem essa pergunta à tona e sob o olhar antropológico, de questionamento, discutem sobre o tema. É importante observar que o olhar do outro, traz dimensões reais de um país com território continental como o Brasil.

# Diálogos Romani – Caderno I

Contexto Brasil – Rom, Sinti e Calon: As situações encontradas em contextos etnográficos de pesquisa.

O olhar antropológico e o estudo do “Outro”  
Estudos etnográficos clássicos: povos indígenas do Norte do Brasil

- Índios “misturados” do Nordeste

Prioridades: povos indígenas e comunidades negras

Políticas de reconhecimento e territorialidade

Invisibilidade dos Romani (assim chamados ciganos)

O que une Rom, Calon e Sinti? (A partir do que vimos até aqui)

## 1. Invisibilidade e silenciamento na produção antropológica

Os Romani também foram ignorados ou sub-representados como sujeitos legítimos de estudo nas Ciências Sociais.

## 2. Representação social marcada por estigmas

Nos jornais, registros policiais e no imaginário social, Romani aparecem reduzidos a categorias como “suspeitos”, “nômades”, “problemáticos” – raramente como pessoas ou coletividades plenas.

## 3. Racismo como estrutura de controle e exclusão

O racismo opera não só estigmatizando, mas coletivizando: uma ação individual é atribuída a todo o grupo, transformando diferença em desigualdade e exclusão.

A antropologia nasce da curiosidade pelo “outro”, mas também de uma assimetria de poder.

O olhar etnográfico constrói o outro como objeto — > muitas vezes distante, exótico, ou “em vias de desaparecimento”.

Enquanto indígenas e comunidades quilombolas foram, ao longo do tempo, reconhecidos como sujeitos de direito (territorial, cultural e político), os Rom, Sinti e Calon permaneceram à margem das políticas de reconhecimento.

Poucos registros etnográficos e institucionais — >ausência que também é uma forma de silenciamento.

Reconhecer é o primeiro passo para reparar.

**O reconhecimento não é apenas uma questão de visibilidade, mas de redistribuição de dignidade.**

Nancy Fraser

# Diálogos Romani – Caderno I

Foi no silêncio das ausências que encontrei as primeiras pistas.

- Chegar ao campo: o encontro com as vozes Romani
- Da teoria à busca de vozes: o deslocamento da leitura etnográfica para as fontes cotidianas.
- Pesquisa em jornais e arquivos: onde os Rom, Sinti e Calon aparecem — e como aparecem.
- O olhar midiático: do “outro exótico” ao “outro perigoso”.
- O campo como espaço de escuta e desconstrução.
- Entre presença e ausência: os rastros do silêncio e o desafio do reconhecimento.

E com isso, dão avanço a Teoria do Balaio - O que acontece quando optamos por discutir as diferenças pelas perspectivas que nos unem?



DOENÇAS Q/NOS  
APROXIMAM



VIAGENS QUE  
TEMOS EM COMUM



O DNA QUE NOS  
CONDENA



O MODELO PRIMÁRIO  
DE COLETIVO



AS ROTAS  
ANTERIORES E ATUAIS



O DNA QUE NOS  
CONDENA

# Diálogos Romani – Caderno I

“A Teoria do Balaio” se refere à ideia de que, quando se agrupa pessoas de diferentes culturas, etnias e identidades em um mesmo espaço, sem considerar suas diferenças e necessidades específicas, pode ocorrer uma perda de identidade, cultura e autonomia. Isso pode levar a uma homogeneização forçada e à marginalização de grupos já vulneráveis. Como bem sabemos o oposto disso é o conceito de Equidade.

Os Roma/Romani não são um grupo homogêneo; pelo contrário, eles se distinguem por uma vasta riqueza cultural que varia de um subgrupo para outro. Dentro dessa coletividade, existem diferenças significativas em termos de costumes, línguas (como o Romani), práticas religiosas e modos de vida. Tentar tratar todos os “ciganos” como se fossem iguais desrespeita essas especificidades e ignora a verdadeira essência de sua cultura.

Quanto a palavra “cigano”, assim como seus cognatos em diferentes línguas europeias, tem sido utilizada há séculos para designar grupos romani/roma. Ao longo do tempo, esses termos passaram a carregar um conjunto intenso de associações e estereótipos, muitas vezes negativos ou romantizados, que contribuíram para a construção de representações distorcidas sobre essas populações. Nós herdamos tudo isso.

Pesquisas históricas indicam que tais denominações derivam de corrupções linguísticas ocorridas entre os séculos XIII e XIV dos termos gregos *atsinganoi* e *ægyptoi*, utilizados para se referir a grupos que teriam vindo do chamado “Pequeno Egito”. Esses termos foram empregados para designar alguns dos primeiros grupos romani que chegaram à Europa, especialmente à região dos Bálcãs.

Com o passar do tempo, diferentes sociedades europeias passaram a adotar variações desses exônimos. Na Polônia difundiu-se o termo *Cygan*; na Romênia, *Țigan*; na Hungria, *Cigány*; e na Rússia, *цыган* (*tsygan*) e no Brasil, “Ciganos”. De forma semelhante, surgiram denominações como *Gitan* na França e *Gitano* na Espanha. Em língua inglesa, a palavra *Gypsy*, particularmente quando escrita em letra minúscula, é hoje amplamente reconhecida como potencialmente pejorativa.

Nas últimas décadas, pesquisadores e ativistas têm buscado substituir esses termos por **Romani**, considerado mais preciso e alinhado às formas de autodenominação adotadas por muitos grupos. O termo **Romani** deriva de **Rom**, palavra que, em diferentes contextos, pode significar “marido”, “homem” ou, de forma mais ampla, “membro do grupo”. O plural **Roma** tem sido amplamente adotado por instituições internacionais e organizações de direitos humanos como forma de referência coletiva. Além de Rom e Roma, diversas comunidades preservam autodenominações próprias, que refletem sua diversidade interna, entre as quais se destacam **Sinti**, **Manuš**, **Calé**, **Romanichal** e **Kalé**, entre outras.

Outro termo contemporâneo utilizado por alguns autores e comunidades é **Rromani**. A grafia com duplo “r” busca representar de maneira mais fiel a pronúncia presente em determinados dialetos da língua romani e, em alguns contextos linguísticos, contribui para evitar confusões com palavras foneticamente semelhantes, como *Roma* ou *Romênia*.

# Diálogos Romani – Caderno I

## Vozes romani

### Carta da Juventude Roma do Brasil para a COP30

E sonhos ...

Por um Brasil que respeite as diferenças.

Coordenação Sandra Candido e Michel Kriston – Módulo Fechado.

### Carta da Juventude Roma do Brasil para a COP30

Leonardo Stephanovitz - Rom Kalderasch

Maria Eduarda Stephanovitz - Romni Kalderasch

Larissa Bauer - Romni Kalderasch

Lyra Costa - Romni Kalderasch

Gabriel Arthur Costa - Rom Kalderasch

Nícolas Nicolith – Rom Matchuano

Jan Palácio – Rom Lovara

Veruska Vasconcellos – Sinti – Sinteza

Ítalo Felizardo – Rom Lovara

\*Produto Vozes Romani – Módulo Fechado - agosto de 2025

#### *“Nunca Mais é Agora”: da memória à mobilização entre jovens Romani*

Um breve contexto: Durante o módulo fechado do curso Diálogos Romani, jovens rom e sinti de algumas regiões do Brasil se reuniram para refletir sobre memória, identidade, direitos e resistência.

A partir dos encontros do módulo I para romanis do grupo étnico Rom e Sinti, emergiu uma inquietação coletiva: o lema *“Nunca Mais é Agora”*, que deveria representar justiça e reparação, ainda não se concretizou para a juventude Roma e Sinti do Brasil.

*A persistência do anticiganismo, da violência estrutural, da invisibilidade histórica e da exclusão social revela que a memória precisa se transformar em ação. Este manifesto é fruto dessas reflexões, construído por quem vive na pele os desafios e a força de ser jovem e Romani no Brasil. Nesta fala entram todos os grupos romanis do país.*

Demandas urgentes da juventude Romani (Rom e Sinti)

Reconhecimento histórico e educacional

- Inclusão da história dos romani/ciganos nos currículos escolares, com destaque para o Samudaripem, o genocídio Roma e Sinti durante a Segunda Guerra Mundial.

# Diálogos Romani – Caderno I

- Formação de professores para combater o preconceito e promover uma educação antirracista e intercultural.
- Apoio a projetos como Lê Papucha Kalinka, que propõem o estudo ativo do *Samudaripen* e a reconstrução da memória romani.

## O Direito à memória viva e à viagem da reparação: *Holocausto Romani*

- Que o Estado brasileiro reconheça o direito dos jovens Rom e Sinti de conhecer os campos de concentração onde seus ancestrais foram exterminados.
- Que sejam criados programas públicos que permitam essa viagem de memória, como parte da reparação histórica e do fortalecimento identitário.
- Que o medo e o apagamento sejam substituídos por conhecimento, dignidade e pertencimento.

## O Combate à violência e ao racismo institucional e estrutural: *Anticiganismo e romafofia*:

- Denúncia da violência policial e da criminalização de jovens romani/ciganos em espaços públicos.
- Proteção contra abusos em abordagens, revistas e ações discriminatórias por parte do Estado.

## O Direito à saúde com respeito à cultura

- Acesso a serviços de saúde com atendimento humanizado e sem estigmas.
- Inclusão de práticas culturais e saberes tradicionais nos diálogos sobre saúde comunitária.

## A Garantia de direitos civis e documentação:

- Acesso universal à documentação civil (RG, CPF, certidão de nascimento), sem barreiras burocráticas.
- Reconhecimento da diversidade dos modos de vida dos romanis/ciganos nos cadastros e políticas públicas.

## Os Espaços de escuta e protagonismo juvenil

- Criação de fóruns, conselhos e grupos de escuta com participação ativa de jovens Romanis.
- Apoio à produção cultural, artística e política feita por jovens romani.

## A Formação política e cultural

- Oficinas de advocacy, comunicação, direitos humanos e cultura Romani/cigana.
- Incentivo à criação de coletivos juvenis Romani em diferentes regiões do Brasil.

# Diálogos Romani – Caderno I

Urgências Climáticas e Justiça Ambiental:

***A juventude Romani do Brasil reconhece que a crise climática é também uma crise de direitos humanos. As mudanças no clima afetam diretamente nossas comunidades, que vivem em condições de moradia precária, muitas vezes em barracas, tendas ou casas improvisadas, sem acesso a saneamento básico ou infraestrutura adequada.***

- Moradia vulnerável: As chuvas intensas, enchentes e secas atingem de forma desproporcional os povos Romani, que não têm garantias de habitação segura. A falta de políticas públicas de moradia digna nos expõe ao risco constante de perder nossas casas e territórios.
- Trabalho ambulante e de porta em porta: A juventude Romani depende de atividades como comércio ambulante e vendas de porta em porta. As crises climáticas reduzem a circulação nas ruas, afetam a economia popular e ampliam a insegurança alimentar e financeira.
- Direito à transição justa: Exigimos que as políticas climáticas considerem os modos de vida Romani, garantindo que a transição ecológica não exclua ainda mais nossas comunidades.
- Participação nos debates ambientais: É urgente que jovens Romani estejam presentes nos espaços de decisão sobre clima e meio ambiente, trazendo nossas vozes para a construção de soluções inclusivas.

***A luta contra o anticiganismo e a luta contra a crise climática são inseparáveis. Não há justiça climática sem justiça social.***

Nossas propostas de ação Vozes Romani são:

- Criar um grupo de articulação jovem romani (Rom e Sinti) com encontros regulares e produção de conteúdo.
- Produzir materiais educativos com narrativas Romani (Rom e Sinti): vídeos, cartilhas, podcasts e exposições.
- Organizar uma campanha de memória ativa, com o lema “Nunca Mais é Agora”, conectando passado e presente.
- Realizar ações públicas como rodas de conversa, apresentações culturais e diálogos com gestores públicos.
- Apoiar e divulgar o projeto Lê Papucha Kalinka como ferramenta de educação, memória e reparação.

***O curso Vozes Romani foi mais que uma formação: foi um espaço de escuta, cura e mobilização. Este manifesto é um grito por dignidade, construído por jovens que não aceitam o silêncio como resposta.***

# Diálogos Romani – Caderno I

## Bibliografias e consultas

### Nota de esclarecimento:

“Muita coisa tem sido escrita e já faz algum tempo, entretanto, muito ainda precisa ser escrito por quem pertence a etnia romani. Nossas referencias são as vezes escritas, contadas, cantadas e assim dividimos aqui materiais que também pesquisamos para que o curso oferecido tenha uma abordagem que respeite esses dois mundos.” Fato esse que a Universidade de Brasília inova mais uma vez através do olhar do prof. Assis Oliveira, que não só estabeleceu parâmetros, mas enxergou realidades e as respeitou. AMSK/Brasil.

### BIBLIOGRAFIA – MÓDULO I

#### Vozes Romani

##### Módulo Específico – Roma e Sinti

##### História e Memória do Samudaripen

HANCOCK, Ian. *We are the Romani people*. Hatfield: University of Hertfordshire Press, 2002.

KENRICK, Donald; PUXON, Grattan. *The destiny of Europe's Gypsies*. New York: Basic Books, 1972.

BAUER, Yehuda. *The Holocaust in historical context*. Seattle: University of Washington Press, 1980.

MATACHE, Margareta. *Time for reparations: addressing the legacy of Roma slavery in Romania*. Cambridge: Harvard FXB Center for Health and Human Rights, 2021.

##### Cultura, Identidade e Resistência Romani

GROOME, Peter. *The Gypsies of Central Europe*. London: Routledge, 2010.

MARSH, Adrian. *Romani literature and culture: reclaiming the past, shaping the future*. Istanbul: Swedish Research Institute, 2006.

##### Direitos Humanos e Políticas Públicas

EUROPEAN ROMA RIGHTS CENTRE (ERRC). *Roma rights: the European Roma Rights Centre journal*. Budapeste: ERRC, edições diversas.

SILVA, Ana Claudia. *Direitos humanos e povos tradicionais: o caso dos Romani no Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 2019.

ASSOCIATION FOR ROMANI STUDIES. *Roma and the law: legal frameworks for protection and inclusion*. Londres: ARS, 2018.

# Diálogos Romani – Caderno I

## Arte, Música e Literatura Romani

VAN DE PORT, Mattijs. *Gypsy music in the Balkans: between marginality and mainstream*. Amsterdã: Amsterdam University Press, 2011.

## Estudos sobre Racismo e Romafobia

TREHAN, Nidhi; SIGONA, Nando. *Romaphobia: the last acceptable racism*. Londres: Zed Books, 2018.

FONSECA, Isabel. *Bury me standing: the Gypsies and their journey*. Nova York: Vintage Books, 1995.

## Leitura Obrigatória

ASSOCIAÇÃO MAYLÊ SARA KALI (AMSK). *Cartilha Diálogos*. Disponível em: <https://www.amsk.org.br/imagem/dialogos/AMSK-Cartilha-Dialogos.pdf>. Acesso em: set. 2025.

## Leituras Complementares

AMSK. *Relatório Diálogos 2019*. Disponível em: <https://www.amsk.org.br/imagem/dialogos/AMSK-Relatorio-Dialogos2019.pdf>. Acesso em: set. 2025.

AMSK. *Zacono Romano*. 2023. Disponível em: [https://www.amsk.org.br/imagem/publicacao/Publicacao14\\_AMSK-2023-ZaconoRomano.pdf](https://www.amsk.org.br/imagem/publicacao/Publicacao14_AMSK-2023-ZaconoRomano.pdf). Acesso em: set. 2025.

## BIBLIOGRAFIA – MÓDULOS II, III E IV

### Paramicha

CERQUEIRA, Anne. *Paramicha*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JzKSkPT18Xg>. Acesso em: set. 2025.

### Música

BECKERMAN, Michael; GELBART, Petra. *Echoes of Roma in the reception of the Uhrovska manuscript*. RomArchive. Disponível em: <https://www.romarchive.eu/en/music/classical-music/echoes-roma-reception-uhrovska-manuscript/>. Acesso em: set. 2025.

FILHO, Melo Moraes. *Cancioneiro dos ciganos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2018. p. 8–21. (Coleção Acervo Brasileiro, v. 6).

# Diálogos Romani – Caderno I

FONSECA, Rafael. *Guia dos clássicos: a influência dos ciganos na música clássica*. 2025. Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=MeQyTE\\_gSHM](https://www.youtube.com/watch?v=MeQyTE_gSHM).

Acesso em: 15 set. 2025.

GELBART, Petra. *What is Romani music?* 2012. Disponível em:

<https://romanimusic.tumblr.com/whatisromanimusic>.

Acesso em: 9 set. 2025.

GELBART, Petra. *The universe of Romani music*. 2020. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=OhTR2aMQR18>.

Acesso em: 9 set. 2025.

MACMILLEN, Ian. Romani music collections, the ruptured archive, and epistemic justice in the United States. *Music and Minorities*, v. 3, 2024. Disponível em:

<https://mm.journals.qucosa.de/mm/article/view/26/64>.

Acesso em: 18 set. 2025.

MYRONIUK, Irina. *So what is Romani music?* 2017. Disponível em:

<https://rozvitok.org/en/so-what-is-romani-music/>.

Acesso em: 6 set. 2025.

RENARD, Stan; FELLMAN, Philip Vos. *What is Romani music? An emerging definition learned from social network analysis*. p. 378–391. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/318910459>.

Acesso em: 4 set. 2025.

SENZ, Javier Pérez. *The gypsy influence in classical music*. *Vidas Gitanas – Lungo Drom*. Disponível em:

[https://www.accioncultural.es/virtuales/vidasgitanas/pdf\\_eng/vidas\\_git\\_art5\\_huella\\_eng.pdf](https://www.accioncultural.es/virtuales/vidasgitanas/pdf_eng/vidas_git_art5_huella_eng.pdf).

Acesso em: 2 set. 2025.

SUAREZ, Paco; SPINELLI, Santino. *The Roma and music*. Disponível em:

<https://www.museuvirtualgitano.cat/en/art/the-roma-and-music/>.

Acesso em: 17 set. 2025.

WAGNER, Sydnee. *Bizet's Carmen and the wanton woman*. RomArchive. Disponível em:

<https://www.romarchive.eu/en/music/classical-music/bizets-carmen-and-wanton-woman/>.

Acesso em: 14 set. 2025.

## Filmes

*A people uncounted*. Disponível em:

<https://youtu.be/c6vgALprLUw>.

Acesso em: set. 2025.

# Diálogos Romani – Caderno I

## Literatura

SORIA, Ana Paula C. B. *Entre a dor de ser “cigano” e o orgulho de ser romà: aproximação à literatura romani e à auto-representação dos romà em duas obras de Jorge Nedich*. 2008. 181 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1365/1/2008\\_AnaPaulaCasteloBSoria.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1365/1/2008_AnaPaulaCasteloBSoria.pdf).

SORIA, Ana Paula C. B. *Juncos ao vento: literatura e identidade romani (cigana) em El alma de los parias, de Jorge Nedich*. 2015. 330 f. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26512/2015.07.T.19111>.

STEFANOVSKY, Voria. La literatura romani: una escritura transnacional, política y (des)constructora. *Cuadernos Gitanos*, Espanha, n. 14, jul. 2022. Disponível em: <https://institutoculturagitana.es/wp-content/uploads/2022/07/CG-14-La-literatura-romani%CC%81.pdf>.

SORIA, Paula. Nas tessituras da emergente literatura romani (cigana): subalternidade, gênero e identidade em questão. *Literatura e Autoritarismo*, v. 27, p. 21–31, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/22562>.

## Língua

HANCOCK, Ian. *We are the Romani people: Ame sam e Rromane džene*. Hatfield: University of Hertfordshire Press, 2002. ISBN 9781902806066.

KENRICK, Donald. *Los gitanos: de la India al Mediterráneo*. Madrid: Presencia Gitana, 1995. 68 p. (Colección Interface). ISBN 84-87347-13-4.

MATRAS, Yaron. *Romani: a linguistic introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. ISBN 0521631653.

## Racismo

AUZIAS, Claire. *Os ciganos ou o destino selvagem dos Roms do Leste*. Lisboa: Antígona, 2001. p. 39–40.

BARROS, Diego. Ciganos mantêm tradições em meio à pobreza, ao preconceito e à perda do patriarca. *Correio Notícia*, Alagoas, 2016.

COSTA, Elisa Maria Lopes da. *O povo cigano e o espaço da colonização portuguesa*. Lisboa: Centre de Recherches Tsiganes; Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural, 1999.

FERRARI, Florencia. *Um olhar oblíquo: contribuições para o imaginário ocidental sobre o cigano*. São Paulo, 2002. Disponível em:

# Diálogos Romani – Caderno I

<https://www.amsk.org.br/imagem/pdf/2disFlorenziaFerrari.pdf>.

Acesso em: 22 set. 2025.

MARCOLINO, Aparecida Custodio. *A cultura cigana no currículo escolar: educar para a diversidade – uma proposta de inclusão na formação de professores*. 2023. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – São Paulo, 2023.

SENHELO CALHIM. *Eu sou cigana*. 2020. Publicado pelo canal Escola das Artes – UCP, 28 jun. 2021. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=8pURCfPr6R8>.

Acesso em: 20 set. 2025.

PRECÓG. *Coletânea de textos*. Disponível em:

<http://www.precog.com.br/bc-texto/obras/2019-pack-109.pdf>.

Acesso em: set. 2025.

AMSK BLOG. *Revelador das desigualdades*. 2014. Disponível em:

<https://amskblog.blogspot.com/2014/02/revelador-das-desiguadades.html>.

Acesso em: set. 2025.

COZINHA DOS VURDONS. *Assistam o vídeo e pensem*. 2012. Disponível em:

<https://cozinhadovurdons.blogspot.com/2012/06/assistam-o-video-e-pensem.html>.

Acesso em: set. 2025.

## Referências sobre identidades:

**ARRUTI**, José Maurício.

Mocambo: antropologia e história no processo de formação quilombola. Bauru: EDUSC, 2006.

**ARRUTI**, José Maurício.

Modos de identificação, modos de reconhecimento. *Revista de Antropologia*, v. 57, n. 1, p.27–54, 2014.

**GOLDFARB**, Maria Patrícia Lopes.

O Tempo de Atrás: um estudo da construção da identidade cigana em Sousa-PB. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

**OLIVEIRA**, João Pacheco de.

Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais.

**Mana** — *Estudos de Antropologia Social*, v. 4, n. 1, p. 47–77, 1998.

## BIBLIOGRAFIA: Justiça de Transição e Anticiganismo

ALLIANCE AGAINST ANTIGYPSYISM. *Antigypsyism: a reference paper*. Bruxelas, 2017.

# Diálogos Romani – Caderno I

ALLIANCE AGAINST ANTIGYPSYISM. *Combating antigypsyism in the post-2020 EU Roma framework: recommendations*. Bruxelas, 2019.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS (ACNUDH). *Roma memorialization: September 2022 Geneva Roundtable outcome report*. Genebra, 2022. Disponível em: <https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/issues/minorities/RomaMemorializationSeptember2022-GenevaRoundtableOutcomeReport.pdf>. Acesso em: set. 2025.

ANDRADE JÚNIOR, L. Os ciganos e os processos de exclusão. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n. 66, p. 95–112, 2013. DOI: 10.1590/S0102-01882013000200006.

BORGES, I. C. *Cidades de portas fechadas: a intolerância contra os ciganos na organização urbana na Primeira República*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

CARRERA, S. et al. *Scaling up Roma inclusion strategies: truth, reconciliation and justice for addressing antigypsyism in Europe*. Bruxelas: European Parliament, 2019.

CARRERA, S.; ROSTAS, I.; VOSYLIUTE, L. *Combating institutional antigypsyism: responses and promising practices in the EU and selected member states*. Bruxelas: CEPS, 2017.

CASERMEIRO CORTES, P.; CARBALLO-MESA, A. *Antigypsyism in Spain: democratic memory and accountability of Franco's regime*. CHACHIPEN National Research Report, 2022.

CHINA, J. B. D. O. Os ciganos no Brasil: subsídios históricos, etnográficos e linguísticos. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, tomo XXI, p. 323–669, 1936.

COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. *Commemoration of the Roma Holocaust: we should combat antigypsyism and discrimination against Roma at all times*. Strasbourg: Council of Europe, 2021.

COUTINHO, C. L. R. *Os ciganos nos registros policiais mineiros (1907–1920)*. Rio de Janeiro: Saga Editora, 2024.

DORNAS FILHO, J. *Os ciganos e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Movimento Editorial Panorama, 1949.

EUROPEAN COMMISSION. *A Union of Equality: EU anti-racism action plan 2020–2025*. Bruxelas, 2020. COM(2020) 565 final.

EUROPEAN COMMISSION. *EU Roma strategic framework for equality, inclusion and participation 2020–2030*. Bruxelas, 2020. COM(2020) 620 final.

EUROPEAN COMMISSION AGAINST RACISM AND INTOLERANCE (ECRI). *General Policy Recommendation No. 13 on combating antigypsyism and discrimination against Roma*. Estrasburgo, 2011.

# Diálogos Romani – Caderno I

EUROPEAN PARLIAMENT. *Resolution on fundamental rights aspects in Roma integration in the EU: fighting antigypsyism*. Estrasburgo, 2017.

GARCÉS, H. F. El racismo antirom/antigitano y la opción decolonial. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 25, p. 225–251, 2016. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-25/08Garces.pdf>. Acesso em: set. 2025.

GOLDFARB, M. P. L.; TOYANSK, M.; OLIVEIRA, L. O. (org.). *Ciganos: olhares e perspectivas*. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

GUIMARAIS, M. T. S. *O associativismo transnacional cigano: identidades, diásporas e territórios*. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HANCOCK, I. *The pariah syndrome*. Ann Arbor: Karoma Publishers, 1987.

KLINGHOFFER, A. J.; KLINGHOFFER, J. A. *International citizens' tribunals: mobilizing public opinion to advance human rights*. Londres: Palgrave Macmillan, 2002.

LE GOFF, J. Memória. In: LE GOFF, J. *História e memória*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. p. 419–476.

MENINI, N. C. R. *Os assim chamados ciganos na capitania da Bahia (século XVIII)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015.

MENINI, N. C. R. *Indesejáveis necessários: os ciganos degredados no Rio de Janeiro setecentista*. 2021. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021.

MOONEN, F. *Anticiganismo: os ciganos na Europa e no Brasil*. 3. ed. Recife: s.n., 2011.

MORAES, M. F. *Os ciganos no Brasil e Cancioneiro dos ciganos*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

UNITED NATIONS. *The rule of law and transitional justice in conflict and post-conflict societies*. Report of the Secretary-General. New York: United Nations, 2004. (S/2004/616).

REUSS, A. *German Independent Commission on Antigypsyism 2019–2021: experiences, lessons learned and recommendations*. CHACHIPEN National Research Report, 2022.

# Diálogos Romani – Caderno I

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROSTAS, I.; CIPRIAN, N. *Antigypsyism in Romania: lessons (not) learned*. CHACHIPEN National Research Report, 2022.

ROSTAS, I.; VOSYLIUTE, L.; KALOTAY, M. *State of the art report: transitional justice for Roma in Europe*. CHACHIPEN National Research Report, 2022.

SALVIOLI, F. *Memorialization processes in the context of serious violations of human rights and international humanitarian law: the fifth pillar of transitional justice*. Relatório A/HRC/45/45-AR, 2020.

SCHNICK, V.; VOSYLIUTE, L. *Strategic visioning report: transitional justice tools to address antigypsyism in Europe*. CHACHIPEN National Research Report, 2023.

SELLING, J. *Considering the Swedish Commission against Antiziganism (2014–2016): experiences, lessons learned and recommendations*. CHACHIPEN National Research Report, 2022.

TEIXEIRA, R. C. *Ciganos no Brasil: uma breve história*. 2. ed. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

TEIXEIRA, R. C. Por uma história dos ciganos no Brasil: políticas anti-ciganas e vivências libertárias. In: GOLDFARB, M. P. L.; TOYANSK, M.; CHIANCA, L. O. (org.). *Ciganos: olhares e perspectivas*. João Pessoa: Editora UFPB, 2019. p. 337–350.

UNITED NATIONS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR). *Advancing recognition and remedy for the dark chapters of the Romani past and their impact on the present*. Genebra, 2022.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. *The rule of law and transitional justice in conflict and post-conflict societies*. New York, 2004.

VEIGA, F. B.; MELLO, M. A. S. O “Dia Nacional do Cigano” no Brasil: espaços simbólicos, estereótipos e conflitos. In: GOLDFARB, M. P. L.; TOYANSK, M.; CHIANCA, L. O. (org.). *Ciganos: olhares e perspectivas*. João Pessoa: Editora UFPB, 2019. p. 149–191.

## Saúde

BRASIL. **Ministério da Saúde**. *Política Nacional de Atenção à Saúde da População Cigana*. Brasília: Ministério da Saúde, ano não informado.

PEREIRA, Ana Paula. A infância cigana e os direitos humanos. *Revista Brasileira de Educação*, v. ?, p. ?, 2020.

PAINEL DE PROMOÇÃO DA EQUIDADE EM SAÚDE DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS EM GOIÁS. *Indicadores de saúde da população tradicional*. Disponível em:

# Diálogos Romani – Caderno I

[https://indicadores.saude.gov.br/public/populacao\\_tradicional.html](https://indicadores.saude.gov.br/public/populacao_tradicional.html). Acesso em: set. 2025.

ASSOCIAÇÃO MAYLÊ SARA KALI (AMSK). *Relatório executivo Brasil cigano – Marcos legais*. Disponível em:

[https://www.amsk.org.br/imagem/marcosLegais/SEPPIR\\_relatorio-executivo-Brasil-cigano.pdf](https://www.amsk.org.br/imagem/marcosLegais/SEPPIR_relatorio-executivo-Brasil-cigano.pdf). Acesso em: set. 2025.

## Educação e Mulheres

ASSOCIAÇÃO MAYLÊ SARA KALI (AMSK). *Mulheres Romani: publicação 7 – Educação e gênero*. 2017. Disponível em:

[https://www.amsk.org.br/imagem/publicacao/Publicacao7\\_AMSK\\_2017\\_MulheresRomani.pdf](https://www.amsk.org.br/imagem/publicacao/Publicacao7_AMSK_2017_MulheresRomani.pdf). Acesso em: set. 2025.

ROMANÍ AÇÕES (canal). *Vídeo sobre educação e mulheres Romani*. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=Fx0sg7Vitz0&list=PLmF1rZvvHaMqGcrjv15MbkbtXlpqHaWnA>. Acesso em: set. 2025.

ASSOCIAÇÃO MAYLÊ SARA KALI (AMSK). *Documento orientador para sistemas de ensino – educação cigana*. Disponível em:

[https://www.amsk.org.br/imagem/marcosLegais/Educacao\\_secadi\\_ciganos\\_documento\\_orientador\\_para\\_sistemas\\_ens.pdf](https://www.amsk.org.br/imagem/marcosLegais/Educacao_secadi_ciganos_documento_orientador_para_sistemas_ens.pdf). Acesso em: set. 2025.

STEFANOVSKY, V. .; COSTA, E. . ROMANI/GYPSY WOMAN: SUBJECTIVE DIMENSION AND REALITY. *Revista Gênero e Interdisciplinaridade*, [S. l.], v. 6, n. 01, p. 148–171, 2025. DOI: 10.51249/gei.v6i01.2418. Disponível em: <https://www.periodicojs.com.br/index.php/gei/article/view/2418>. Acesso em: 14 jan. 2026.

# Diálogos Romani – Caderno I

## Agradecimentos

Em nome das nossas futuras gerações, dos que morreram, dos que adoeceram e enlouqueceram, dos que perderam as forças e desistiram no meio do caminho. Em nome dos que não tiveram direito a voz, a sua própria história e a sua memória, muito obrigada.

E se algum dia, perguntarem a vocês quem somos nós? Digam apenas que somos os filhos e filhas, os netos e netas, que o holocausto não matou.

Somos pessoas, infâncias crescidas que resolveram contra tudo e contra muitos, não se curvar ao apagamento e ao silêncio. E saibam, tenham a certeza que pagamos um preço por isso.

Não somos apenas brilho, luzes, saias e fotografia. Somos pessoas e não queremos nada além do que nos pertence: Sorte, saúde e liberdade.

Que nossas infâncias não sejam condenadas o ventre de suas mães.

Que a herança do povo romani, nunca seja a miséria, o preconceito e a discriminação em nenhum lugar do mundo. **Maylê Fia/Kalinka.**



[www.amsk.org.br](http://www.amsk.org.br)  
[contato@amsk.org.br](mailto:contato@amsk.org.br)

2026  
Brasília/DF - Brasil